

ANEXO B

**Poverty and Social Exclusion in the
Municipality of Idanha-a-Nova**





Poverty and Social Exclusion in the Municipality of Idanha-a-Nova

Chapter II - pp. 27 ([The Gypsy Community – A Challenge for Social Cohesion](#))

November 2006



I. ENQUADRAMENTO	7
II. BREVE ABORDAGEM CONCEPTUAL	9
III. ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS	13
1. As Pessoas Idosas	13
2. Os Ciganos	15
Gráfico Nº 1 – População cigana inquirida, por grupo etário (%).....	16
3. Pessoas desempregadas.....	17
Gráfico Nº 2 – Nível de Instrução – População Desempregada Entrevistada (%)	17
4. Jovens em Abandono Escolar	18
IV. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM IDANHA-A-NOVA: UM OLHAR ATRAVÉS DE ALGUNS GRUPOS ESPECÍFICOS.....	20
1. Envelhecer em Isolamento – que consequências para a inclusão?	20
Apoio Institucional.....	20
Satisfação residencial.....	22
Gráfico Nº 3 – Gostava que os filhos residissem no mesmo local	22
O Acesso aos Serviços	22
Gráfico Nº 4 – Avaliação dos serviços prestados no centro de saúde/hospital, nos serviços da segurança social, na câmara municipal e na junta de freguesia.....	23
Redes de Sociabilidades.....	24
Gráfico Nº 5 – Regularidade com que costuma falar, pessoalmente ou por telefone, com filhos/as, irmãos/ãs, outros/as familiares, amigos/as, e vizinhos/as	25
Preocupações e Problemas do Concelho.....	25
Gráfico Nº 6 – Principais problemas do concelho	26
Gráfico Nº 7 – Principais necessidades sentidas ao nível da freguesia e do concelho	26
Gráfico Nº 8 – Situação económica presente e passada	27
Gráfico Nº 9 – Principal preocupação	28
2. População Cigana e o Desafio à Coesão Social.....	30
Escolaridade	31
Gráfico Nº 10 – Idade com que deixou a escola, segundo o sexo	32
Trabalho	34
Gráfico Nº 11 – Situação face ao trabalho, segundo o sexo e a situação conjugal	35
Satisfação Residencial	36
Gráfico Nº 12 – Motivos para a satisfação com o local de residência	37
Acesso aos Serviços	38
Gráfico Nº 13 – Satisfação com os serviços do concelho, segundo o tipo de serviço prestado e o local.....	38



Percepções	39
Gráfico Nº 14 – Percepção da opinião da população não-cigana sobre a população cigana	40
Gráfico Nº 15 - Percepção da opinião da população não-cigana sobre a população cigana, segundo a proporção de vizinhos ciganos	40
Gráfico Nº 16 – Preferência relativamente à composição de vizinhança hipotética, segundo a proporção de vizinhos ciganos na residência actual	41
Gráfico Nº 17 – Características associadas ao modo de vida em termos familiares da população cigana e não-cigana	42
Gráfico Nº 18 – Características associadas ao emprego da população cigana e não-cigana.....	43
Condições de Vida: Passado, Presente e a Perspectivação do Futuro.....	44
Quadro Nº 1 – Regressão logística da probabilidade de auto-categorização como pobres, segundo a freguesia, sexo, escalões etários, grau de instrução, principal fonte de rendimento do agregado e situação face ao trabalho	45
Gráfico Nº 19 – Situação económica presente, por relação ao passado	46
Gráfico Nº 20 – Alteração na situação económica, segundo a condição perante o trabalho.....	46
Gráfico Nº 21 - Acontecimentos que alteraram as condições de vida nos cinco anos anteriores ao questionário, segundo o sentido da alteração.	47
Gráfico Nº 22 – Profissão desejada	48
Gráfico Nº 23 – Principais problemas do concelho	49
Gráfico Nº 24 – Principal preocupação	50
Gráfico Nº 25 – Locais onde seria levado um amigo estrangeiro de visita	51
3. A (In)Segurança do (no) Desemprego	51
Gráfico Nº 26 – Número de pessoas desempregadas no Concelho de Idanha-a-Nova.....	52
1º, 2º e 3º trimestres de 2005 e 2006	52
Gráfico Nº 27 – Pessoas desempregadas no Concelho de Idanha-a-Nova, segundo o sexo.....	52
1º, 2º e 3º trimestres de 2005 e 2006	53
Gráfico Nº 28 – Pessoas desempregadas no Concelho de Idanha-a-Nova, segundo o sexo e grupo etário – 3º trimestre de 2006	53
Gráfico Nº 29 – Pessoas desempregadas no Concelho de Idanha-a-Nova, segundo o nível de instrução – 3º trimestre de 2005 e 2006	54
Gráfico Nº 30 – Pessoas desempregadas no Concelho de Idanha-a-Nova, segundo o tempo de inscrição – 1º, 2º e 3º trimestres de 2005 e 2006	55
Movimentos nos Centros de Emprego – colocações e ofertas	55
Gráfico Nº 31 – Ofertas recebidas por CNP, no concelho de Idanha-a-Nova.....	56
1º, 2º e 3º trimestres de 2005 e 2006	56
Gráfico Nº 32 – Número de pessoas desempregadas colocadas, no Concelho de Idanha-a-Nova ..	57
1º, 2º e 3º trimestres de 2005 e 2006	57



Gráfico Nº 33 – Ofertas que permaneciam por satisfazer, por CNP, no Concelho de Idanha-a-Nova	58
.....	58
1º, 2º e 3º trimestres de 2005 e 2006	58
A Situação de Desemprego das/os Entrevistados/as	58
Gráfico Nº 34 – Tipo de vínculo contratual – Pessoas desempregadas por sexo (%)	59
Rotatividade no Emprego	60
Gráfico Nº 35 – Padrões ao longo da vida (%)	60
Gráfico Nº 36 – Padrões nos últimos 2 anos (%)	61
Gráfico Nº 37 – Principal dificuldade que sentiu quando esteve a trabalhar (%)	62
A Procura de Emprego	63
Gráfico Nº 38 – Principais métodos de procura de emprego por parte da população entrevistada (%)	63
Dificuldades na Procura de Emprego	64
Gráfico Nº 39 – Dificuldades na procura de emprego – por sexo e idade (%)	64
Gráfico Nº 40 – Principal dificuldade que sente na procura de emprego (%)	65
Gráfico Nº 41 – Percepção subjectiva das dificuldades em conseguir emprego segundo o sexo – Perspectiva dos homens e das mulheres (%)	66
Quadro Nº 2 – Percepção subjectiva das principais dificuldades na inserção no mercado de trabalho segundo o sexo (%)	66
Quadro Nº 3 – Percepção subjectiva do que é mais importante para conseguir emprego – valores médios	68
.....	68
Repercussões da Situação de Desemprego na Gestão Familiar	69
Gráfico Nº 42 – Formas de ultrapassar as repercussões do desemprego em termos financeiros – Mulheres e Homens (%)	69
Satisfação Residencial	70
Gráfico Nº 43 – Percepção da população entrevistada sobre se gostaria que os seus descendentes (existentes ou hipotéticos) vivessem no mesmo local – (%)	70
O Acesso aos Serviços de Emprego	71
Gráfico Nº 44 – Acesso aos serviços de emprego – (%)	71
Quadro Nº 4 – Avaliação dos serviços de emprego – valores médios	73
Identidades Locais	73
Gráfico Nº 45 – Percepção sobre os problemas do concelho – (%)	75
Perspectivas de Futuro	75
Gráfico Nº 46 – Percepção sobre a situação económica das pessoas desempregadas – (%)	75
Gráfico Nº 47 – Motivos para o agravamento das condições de vida (%)	76
Gráfico Nº 48 – Maior preocupação na vida, segundo o sexo (%)	78
4. Abono Escolar e Desempoderamento	79



Deixar a Escola.....	80
Gráfico Nº 49 – Idade com que deixou a escola, segundo o sexo	81
Gráfico Nº 50 - Principais razões para ter deixado de estudar	81
Que Trabalho?	83
Gráfico Nº 51 – Situação perante o trabalho	83
Gráfico Nº 52 – Situação face ao trabalho, segundo o género	84
Gráfico Nº 53 – Grau de importância de quatro características para a obtenção de um emprego ...	85
Gráfico Nº 54 – Principais dificuldades sentidas na procura de emprego	86
Satisfação residencial.....	86
Quadro Nº 5 – Probabilidade de afirmar não gostar que os filhos residissem no mesmo local, segundo a freguesia de residência	87
Acesso aos serviços.....	87
Gráfico Nº 55 – Satisfação média com o centro de emprego, serviços de saúde, câmara municipal e segurança social, em termos do atendimento, capacidade de esclarecimento, capacidade de resposta e em termos globais	88
Condições de Vida: Passado, Presente e a Perspectivação do Futuro.....	89
Gráfico Nº 56 – Situação económica	89
Gráfico Nº 57 – Situação económica presente, segundo a situação económica passada	90
Gráfico Nº 58 – Perspectiva em relação à evolução da vida no futuro.....	91
Gráfico Nº 59 – Problemas mais graves e principal problema do concelho.....	92
Gráfico Nº 60 – Principal preocupação	92



I. ENQUADRAMENTO

O estudo "**Pobreza e exclusão social no concelho de Idanha-a-Nova**" surge no contexto da Rede Social, como elemento estratégico para um melhor do conhecimento da realidade social no Concelho. Foi realizado por uma equipa do **CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social – no âmbito de uma parceria com o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Idanha-a-Nova**, constituindo-se, deste modo, uma relação profícua entre uma entidade cujos objectivos se situam ao nível da investigação sobre as questões da exclusão social e um organismo que procura promover o desenvolvimento local.

A perspectiva subjacente ao estudo foi a de partir dos elementos já avançados no Diagnóstico Social do Concelho, realizado de uma forma participada, que identificava a existência de quatro grupos particularmente vulneráveis a diferentes formas e expressões de exclusão social, são eles: as pessoas idosas; os jovens que saíram da escola sem a escolaridade obrigatória; as pessoas desempregadas e a(s) comunidade(s) cigana(s). Grupos tão distintos apresentam, contudo, a determinados níveis, algumas similitudes.

Uns são socialmente "marcados" pela sua diferença. Como as pessoas idosas, por exemplo, que, embora sendo numericamente expressivas no Concelho, não se enquadram nos padrões que prevalecem numa sociedade que, cada vez mais, apela aos ideais de juventude. São remetidas para uma solidão silenciosa agravada, neste contexto local, pelo isolamento que a geografia e os percursos migratórios de familiares facilita. Como diferentes são também consideradas as comunidades ciganas – os seus modos de vida distinguem-nas, ainda hoje, da chamada comunidade maioritária.

Outros, vivem uma situação de exclusão por relação a direitos socialmente consignados, como seja a educação e o trabalho, face a um sistema de ensino que ainda não conseguiu contrariar fenómenos persistentes de



insucesso e abandono escolar, e como consequência de um mercado de trabalho que, localmente, se apresenta precário e altamente marcado pela sazonalidade.

Uns reflectem, no presente, um passado cheio de dificuldades que um Estado Providência débil não conseguiu compensar plenamente. Estão, nesta situação, as pessoas idosas pensionistas, pois apesar de o sistema de segurança social, e em particular o sistema de pensões, ter vindo a melhorar, permanecem situações vulneráveis de idosos que vivem de pensões com valores muito baixos.

Passado de pobreza e, sobretudo, de marginalização e de itinerância, por vezes forçada, transportam consigo as populações ciganas. Passado que as mantém, no presente, como comunidades ainda fechadas com uma cultura própria que permanece desconhecida e codificada, mesmo para quem com elas partilha os locais de residência.

Os restantes grupos considerados denotam, ainda, outros aspectos da relação entre exclusão social e o tempo. Com efeito, tanto os desempregados, como os jovens que saíram precocemente da escola, revelam como um presente de precariedade e / ou de opções que priorizam o imediato, podem comprometer as oportunidades em relação ao futuro, transformando-se a pobreza numa realidade persistente ao longo das suas vidas

Para a realização do Estudo privilegiou-se uma metodologia que conjugou várias técnicas de recolha de informação:

- Inquéritos por questionário, contemplando perguntas abertas e fechadas, com possibilidades de recolha de elementos de natureza objectivo e subjectiva. No total foram aplicados 123 questionários, num período que decorreu entre Maio e Julho de 2006.
- Grupos de discussão, que permitiram partilhar e aferir os primeiros resultados dos questionários.
- Entrevistas a interlocutores privilegiados com o objectivo de se recolherem alguns elementos de natureza mais qualitativa.



- Recolha e análise de documentos de natureza vária.

Durante a realização do Estudo a equipa do CESIS fez uma visita pelo Concelho, orientada por elementos do CMCD e da Câmara Municipal. Este trabalho beneficiou, ainda, de todo o conhecimento que o CESIS tem vindo a adquirir sobre a realidade concelhia na sequência da sua presença mensal junto de equipas que, na Idanha-a-Nova, promovem acções com vista à resolução de vários problemas locais.

II. BREVE ABORDAGEM CONCEPTUAL

A pobreza pode ser definida como uma situação de privação, isto é, de ausência de recursos para a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos e para a concretização de uma vida dentro dos padrões de qualidade socialmente encorajados.

Tal como Townsend referiu "indivíduos, famílias e grupos de população consideram-se em situação de pobreza quando se defrontam com a falta de recursos que não lhes permitam ter o tipo de alimentação, participação nas actividades e condições de vida e conforto que são habituais, ou pelo menos amplamente encorajados ou aprovados, nas sociedades a que pertencem. Os recursos estão de tal forma abaixo dos disponíveis pelo indivíduo médio que estão, assim, de facto, excluídos dos padrões normais de vida, costumes e actividades" (Townsend, 1979).

Assim entendida, a pobreza tem revelado, em Portugal, um carácter estrutural, fortemente associado ao modelo de desenvolvimento e às desigualdades ao nível da distribuição dos rendimentos que o têm caracterizado. Portugal tem pois apresentado taxas de pobreza elevadas quando comparado com o espaço europeu onde se insere. Os dados disponíveis mais recentes revelam que, em 2004, cerca de 21% da população portuguesa vivia abaixo do limiar de pobreza, face aos 16% apresentados para o conjunto dos 25 países da União Europeia.

Esta pobreza tem, ainda, assumido um carácter persistente, o que significa a existência de uma forte probabilidade de esta ser uma situação que



permanece na vida dos indivíduos e famílias ao longo do seu ciclo de vida. De acordo com dados do Eurostat, cerca de 15% das pessoas que eram pobres em 2001, já estavam nessa situação há, pelo menos, 3 anos atrás (vd. PNAI 2006-2008). Por outro lado, estudos anteriores tinham já revelado uma tendência para a pobreza se constituir como que uma "herança" social que se transmite entre gerações, fazendo com que os filhos de pessoas pobres dificilmente tenham condições / oportunidades para sair da pobreza. Esta tendência para uma "reprodução intergeracional" da pobreza leva a equacionar o fenómeno como uma presença continuada na sociedade ao longo do tempo, o que implicará uma preocupação acrescida pela introdução de uma perspectiva de prevenção, tanto no planeamento das políticas, como na intervenção local, e a necessidade de que essa intervenção aconteça na vida das pessoas, famílias ou comunidades afectadas por este problema social, o mais precocemente possível.

A pobreza não se distribui igualmente por todo o território nacional, havendo regiões onde o fenómeno se faz sentir com maior intensidade do que noutras. Em 2000, a Região Centro era, a seguir ao Algarve, a região do Continente onde a pobreza encontrava taxas mais elevadas (cerca de 24%).

O contraste entre o rural e o urbano é, também, neste âmbito, evidenciada. De acordo com os dados avançados no PNAI, com base na análise do Inquérito aos Orçamentos Familiares do Instituto Nacional de Estatística, as taxas de pobreza para o meio rural eram de 33% e para as zonas urbanas de 19%, no ano de 2000. Estes elementos evidenciam a existência das assimetrias e desigualdades espaciais do território português e revelam a fragilidade do Concelho de Idanha-a-Nova, face a este problema social.

A pobreza não se distribui, também, de modo uniforme pelos diferentes grupos de população. Ser idoso/a, por exemplo, representa um risco acrescido. Com efeito, em 2004, 29% da população idosa vivia em risco de pobreza (30% para as mulheres; 29% para os homens), face a uma taxa de pobreza de 21% na população total.



Quando vivem sós, a vulnerabilidade à pobreza dos/as idosos/as aumenta (41%) e mesmo nas famílias com dois adultos, quando pelo menos um deles tem mais de 65 anos, a taxa de pobreza atinge os 31%.

Tal como Townsend avançava já no final dos anos 90, a pobreza não se restringe à noção de carência de recursos económicos, mas remete-nos para uma noção mais ampla que engloba a precarização de várias dimensões da vida dos indivíduos. Ou seja, os baixos rendimentos implicam, em geral, piores condições de vida; implicam limitações no acesso a um conjunto de bens e serviços. Por outro lado, baixos rendimentos têm subjacente, com frequência, uma integração deficitária no mercado de trabalho (no presente, ou no passado) e baixos níveis de instrução.

Nesta perspectiva, a pobreza é, por si só, factor de exclusão social. Mas a exclusão, enquanto fenómeno mais amplo, engloba outras dimensões para além da vertente de precariedade económica e pode ter, na sua génese outras causas que não a privação de recursos financeiros.

Com efeito, a exclusão, na medida em que acentua a noção de processo (ao contrário da pobreza que se revela, sobretudo, como situação) obriga a considerar a existência de um conjunto de políticas públicas e de instituições que correspondem a direitos fundamentais que nem sempre se encontram verificados. A existência de elevados índices de analfabetismo e de abandono escolar precoce; a existência de elevadas taxas de desemprego; a presença de pessoas sem protecção social; a persistência de más condições de habitabilidade são alguns exemplos da não verificação de alguns desses direitos.

Isto significa que na sociedade existem factores de natureza económica e social, bem como a própria orientação e gestão das políticas e o funcionamento das instituições, que podem excluir socialmente indivíduos e grupos do exercício pleno dos seus direitos (vd. Pereirinha, coord). A exclusão pode, assim, ser definida como um processo que conduz à não verificação



dos direitos de cidadania constitucionalmente considerados, por parte de alguns sectores da população.

É bom recordar que a Constituição Portuguesa estabelece o trabalho, a habitação, a educação, a saúde, a segurança e protecção social, como direitos sociais, cabendo ao Estado (nos termos do artigo 9º), através dos seus diferentes órgãos, promover esses mesmos direitos.

Fenómeno multidimensional, a exclusão contempla aspectos materiais e não materiais, objectivos e subjectivos. Essa subjectividade está presente num certo sentimento de "inferioridade" que os processos de exclusão desencadeiam, afectando pessoas, grupos, comunidades e territórios por relação aos centros do poder, aos recursos e aos valores dominantes (vd. www.CIARIS.org).

A exclusão tem sido entendida como uma ameaça à coesão social que está no centro das novas teorias da qualidade social (vd. European Foudation for Social Quality). O conceito, nos seus elementos de natureza mais subjectiva, acentua a dialéctica entre os indivíduos e a sociedade, levando à consideração de que a auto-realização dos indivíduos deve ser entendida como um bem social, no contexto da formação de um identidade colectiva. Ou seja, os sujeitos estão dependentes das, e são vulneráveis às, apreciações do seu meio envolvente, mas, ao mesmo tempo, os seus próprios juízos e apreciações sobre si e sobre os outros, determinam o modo como o todo se revela mais ou menos coeso, mais ou menos inclusivo nos meus modos de ser e de agir. Nesta perspectiva, torna-se absolutamente fundamental a promoção de uma vida quotidiana em qualidade para que a auto-realização seja possível e o todo se revele coeso, minimizando-se os próprios mecanismos geradores de sentimentos de "desafiliação" e de "inferioridade" entre pessoas e grupos.

A qualidade social é definida como 'a capacidade das pessoas participarem na vida social e económica da sua comunidade em condições que promovam o seu bem estar e o seu potencial individual' (Van der Maesen e Walker, Alan, Junho 2002). Para tal, sera necessário garantir quatro condições, que correspondem aos quatro quadrantes da qualidade social:



- As pessoas devem ter acesso à *segurança económica* – seja através do emprego ou da *segurança social* – de modo a assegurar as circunstâncias necessárias para uma vida digna e protegê-las da pobreza e de outras formas de privação material e imaterial.
- As pessoas *devem estar incluídas*, isto é, devem integrar instituições de natureza económica ou social, como o mercado de trabalho, instituições do sistema político, organizações da comunidade, de modo a poderem promover e realizar todo o seu potencial.
- As pessoas devem ter possibilidades de viverem em comunidades e sociedades caracterizadas por níveis suficientes de coesão, onde diferentes valores e normas de vida sejam aceites.
- As pessoas devem ser “empoderadas”, isto é terem a capacidade de controlar as suas próprias vidas e de tirar vantagens das oportunidades.

Esta breve abordagem conceptual levou-nos, assim, a equacionar os principais elementos enquadradores da análise que em seguida se apresenta relativamente aos grupos identificados para ilustrarem os modos como a exclusão social se expressa no Concelho de Idanha-a-Nova.

III. ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS

1. As Pessoas Idosas

No Diagnóstico Social de Idanha-a-Nova, o processo de envelhecimento da população residente no Concelho é mencionado como uma das características mais marcantes. No contexto do País, Idanha-a-Nova surge como o quarto concelho mais extenso e o terceiro mais envelhecido.

No trabalho realizado no âmbito do Instituto de Solidariedade Social – “Tipificação das Situações de Exclusão Social em Portugal” (2005) – o Concelho é tipificado como um “território envelhecido e desertificado” onde se ressalta a situação das pessoas idosas, pela sua expressão numérica e pela condição de isolamento em que uma boa parte delas vive.



Segundo dados de projecção demográfica, o número de pessoas com mais de 65 anos, no Concelho, era em 2004 de 4 608 (INE, Estatísticas Demográficas da Região Centro, 2004) o que correspondia a uma percentagem de 42.2% do total de residentes, sendo de registar um aumento entre os dados do Censo de 2001 (40.7%) e os mais recentes. No mesmo sentido, o índice de envelhecimento tem vindo a aumentar situando-se em 489.2, no ano de 2004, ou seja, para 100 jovens existem 489.2 pessoas idosas.

Por outro lado, se em termos nacionais, em 2004 (cf. INE), 43% dos idosos eram pessoas com 75 ou mais anos, no concelho de Idanha-a-Nova essa percentagem é claramente superior. Com efeito, e para o mesmo ano, 56% das pessoas idosas do Concelho eram muito idosas.

Dada a forte incidência de população idosa por todo o concelho, os questionários realizados tentaram cobrir uma parte significativa do território, tendo, pois, decorrido nas freguesias de Idanha-a-Nova, Monfortinho, Monsanto, Oledo, Proença-a-Velha, e Salvaterra do Extremo, perfazendo um total de 44 pessoas entrevistadas.

A distribuição da amostra por sexo mostra uma ligeira masculinização (52.3% são homens), em contraste com a acentuada feminização da terceira idade registada quer em Portugal, quer no Concelho. Ou seja, das 4608 pessoas idosas residentes em Idanha-a-Nova, no ano de 2004, 56.5% eram mulheres (cfr. Anuário Estatístico da região Centro, 2004, INE).

Por outro lado, a amostra revela mais envelhecida do que a população do Concelho, já que os muito idosos são cerca de $\frac{3}{4}$ dos/as inquiridos/as.

A viuvez é, geralmente, um traço característico do envelhecimento, daí que este estado civil represente 43.2% dos/as entrevistados/as. Apesar de tudo, a situação de casado/junta é, ainda, bastante expressiva - 47.7%.



Em termos de escolaridade, é significativo que o analfabetismo caracterize quase metade dos/as inquiridos/as, sendo que mais de 90% tem, no máximo, a antiga 4ª classe.

A principal fonte de rendimento dos inquiridos é, na totalidade dos casos, uma pensão, na maioria (86.4%) pensão de reforma, havendo ainda 9.1% em que se trata de uma pensão de invalidez e 4.5% que dependem, principalmente, de uma pensão de sobrevivência. É, ainda, de salientar a ausência de rendimentos do trabalho nos agregados familiares em que os/as inquiridos/as se integram.

A grande maioria dos/as idosos/as entrevistados/as vive em sua própria casa: 43.2% vivem sozinhos, enquanto que 40.9% partilha a residência com o/a cônjuge, também ele/ela idoso/a. Na amostra há apenas uma pessoa a residir em casa de um familiar.

A institucionalização acontece para 11.4% dos/as inquiridos/as. Dos que não se encontravam institucionalizados, cerca de metade tem algum tipo de apoio institucional.

2. Os Ciganos

De acordo com os elementos do Diagnóstico Social do Concelho, existem 317 de cultura cigana a residirem no Concelho, o que significa 2.2% da população residente. Estas pessoas estão fortemente concentradas na freguesia da Zebreira, e com menos expressão no Ladoeiro, embora se possam encontrar outros núcleos noutras freguesias do Concelho, havendo aí, porém, mais itinerância.

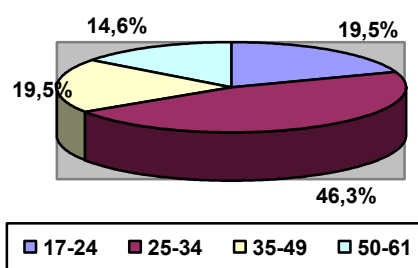
Atendendo a esta distribuição, cerca de ¾ dos questionários foram realizados na freguesia de Zebreira, sendo os restantes realizados em Ladoeiro e na freguesia-sede do concelho.



Talvez na sequência de uma maior facilidade de contacto com as mulheres ciganas, a distribuição das entrevistas, por sexo, dão conta de uma presença maioritária de elementos femininos destas comunidades – elas representam 58.5% da população inquirida.

A média de idade das/os entrevistadas/os situa-se nos 34 anos, enquadrando-se quase metade na categoria dos jovens adultos entre os 25 e os 34 anos.

Gráfico Nº 1 – População cigana inquirida, por grupo etário (%)



O cruzamento das duas características atrás mencionadas revela que os homens ciganos inquiridos eram, genericamente falando, mais velhos. Quase 60% tinha 35 ou mais anos, sendo que, entre as mulheres ciganas inquiridas, essa proporção descia para apenas 16.7%. A média de idades para os homens é de 38 anos, face a 32 anos para as mulheres.

No que respeita à situação conjugal, cerca de três em cada quatro eram casados ou juntos, havendo apenas um caso de uma inquirida viúva, o que poderá estar relacionado com a maior dificuldade de contacto com as pessoas nesta situação específica. Os restantes inquiridos eram solteiros. Na esmagadora maioria dos casos, os inquiridos enquadravam-se em famílias nucleares com filhos, registando-se apenas um caso de família alargada.

O número de filhos por agregado é relativamente elevado. Em média, cada agregado abrangido tinha 2.8 filhos, sendo que um em cada sete tem cinco ou mais filhos. Como tal, o número de elementos por agregado é relativamente elevado, sendo pouco inferior a cinco. Aliás, mais de metade



dos agregados onde se integravam as/os inquiridas/os tinham cinco a oito¹ elementos.

3. Pessoas desempregadas

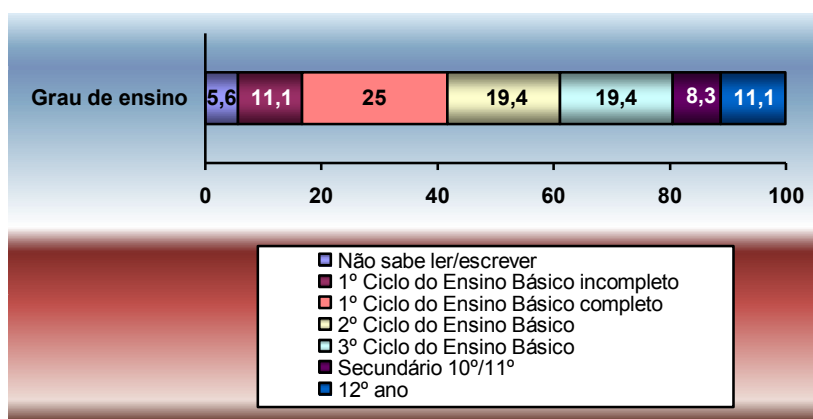
Como se poderá verificar em capítulo seguinte, no 3º trimestre de 2006 o desemprego registado atingia no Concelho de Idanha-a-Nova 217 pessoas.

A amostra foi composta por 36 pessoas e os questionários foram efectuados nas freguesias de São Miguel D´Acha, Ladoeiro e Idanha-a-Nova, procurando-se, desta forma, abranger diferentes tipos de desemprego.

A distribuição das pessoas entrevistadas, tendo em conta o sexo, reflecte a realidade do desemprego registado: 63.9% das/os entrevistadas/os são do sexo feminino 36.1% do sexo masculino; no 3º trimestre de 2006 63% das pessoas registadas no Centro de Emprego eram do sexo feminino.

- Em relação ao nível de instrução (concluído) das inquiridas ressalta-se, a forte presença de pessoas que não têm a escolaridade obrigatória, tal como se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico N° 2 – Nível de Instrução – População Desempregada Entrevistada (%)



A idade das pessoas desempregadas entrevistadas oscila entre os 20 e os 59 anos, sendo que a média de idades se situa nos 37.3 anos, mas a maioria

¹ Número máximo de elementos registado.



(66.6%) tem idades compreendida entre os 30 e 59 anos de idade; 33.3%, têm entre 20 e 29 anos.

Relativamente à situação conjugal, quase 60% das pessoas entrevistadas são casadas ou vivem em união de facto; 36,1 % são solteiras e 5.6% encontram-se separadas e ou divorciadas.

O enquadramento familiar das pessoas desempregadas que foram entrevistadas, no contexto do estudo é o seguinte:

- 63.9% (23 pessoas) inserem-se em famílias nucleares com filhos;
- 13.9% (5) em famílias nucleares sem filhos;
- 11.1% (4) constituem famílias monoparentais;
- 5.6% (2) enquadram-se em famílias alargadas.

Existe, ainda, uma família extensa e um elemento a viver isolado. De salientar que, em relação às famílias monoparentais, apenas uma diz respeito a uma mulher com uma filha menor a cargo, as restantes três situações dizem respeito a homens, com mais de 35 anos, que vivem com um dos progenitores, tendo estes mais de 65 anos.

Das 36 pessoas desempregadas entrevistadas, 13 não têm nenhum outro elemento do agregado familiar empregado, o que corresponderá às situações de maior fragilidade económica. A maioria destas pessoas são homens (8), com idades compreendidas entre os 21 e os 59 anos e sem a escolaridade obrigatória com a excepção de dois entrevistados com o 10º/11º ano.

4. Jovens em Abandono Escolar

Os baixos níveis de instrução constituem outro traço marcante da população do concelho de Idanha-a-Nova. Em 2001 a taxa de analfabetismo era de 32.1% e o número de pessoas que tinham apenas o 1º ciclo do ensino básico era de 4 520; 5.5% da população com mais de 12 anos de idade tem, no máximo o 3º ciclo completo e apenas 1.8% tem o ensino superior.



Num concelho envelhecimento como é Idanha-a-Nova estes baixos níveis de instrução não podem deixar de estar relacionados com o peso da população idosa. No entanto, este deve ser também um elemento de preocupação para o futuro, já que a saída precoce do sistema de ensino – isto é a percentagem de jovens, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos, que saíram da escola sem os nove anos de escolaridade obrigatória - se situava, em 2001, no 48.1%. O valor a nível nacional era de 24.6%.

Por outro lado, o abandono escolar precoce, entendido como aquelas situações que abrangem crianças com idades entre os 10 e os 15 anos de idade que saíram da escola sem concluírem o 9ºano, atingia, em 2001, uma percentagem de 5%, bastante elevada face aos 2.7% registados a nível nacional. Relembre-se que o que está em causa é o incumprimento do que está legislado como obrigatório, no domínio da escolarização.

Os questionários realizados à população jovem em situação de abandono escolar foram apenas 26, abrangendo, porém, quatro freguesias do concelho: Idanha-a-Nova (nove), Ladoeiro (sete), Zebreira (seis) e Penha Garcia (quatro). Refira-se que este foi o grupo para o qual foi mais difícil construir amostra tendo em conta a relativa “despersonalização” do fenómeno e à dificuldade inicial, superada graças a um esforço colectivo, em encontrar algum registo de base a partir do qual se pudesse construir a amostra.

No que diz respeito à distribuição dos/as entrevistados/as por sexo, verifica-se uma masculinização evidente, representando os homens 61.5% da população inquirida.

Foram inquiridos jovens entre os 16 e os 24 anos situando-se a média de idade um pouco acima dos 21 anos.

No que respeita à situação conjugal, apenas quatro respondentes eram casados ou juntos, sendo os restantes solteiros. Na grande maioria dos casos, os inquiridos enquadravam-se em famílias nucleares com filhos, havendo, porém, 19.1% enquadrados em famílias monoparentais. O número de



elementos por agregado é um pouco superior a 3.5, mais elevado, portanto do que a média nacional, que se situa abaixo de 3. Mais de metade dos agregados onde se integravam os inquiridos tinham três elementos.

IV. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM IDANHA-A-NOVA: UM OLHAR ATRAVÉS DE ALGUNS GRUPOS ESPECÍFICOS

1. Envelhecer em Isolamento – que consequências para a inclusão?

Ser idoso/a, está hoje longe de ser apenas uma realidade biológica ou natural, mas é, antes de mais, uma condição social que se tem vindo a constituir histórica e socialmente.

Se a velhice é uma fase da vida, as formas de a viver diversificam-se em função dos contextos locais, dos enquadramentos familiares, dos estratos sociais, do sexo, da condição física de autonomia, das energias e motivações pessoais...e mesmo os limites etários para a definir podem ser questionados. “A velhice alonga-se se considerarmos o aumento dos anos de vida ou contrai-se se considerarmos o tempo em que diminuem as capacidades de realizar, sem ajuda, as actividades da vida quotidiana” (Maria de Lurdes Quaresma “Envelhecer – Desafios e oportunidades nas sociedades contemporâneas” in *Viver Vidas e Veredas da Raia*”).

Apoio Institucional

Cerca de um em cada quatro inquiridos frequenta um centro de dia ou de convívio² – quase todos diariamente, proporção equivalente à dos que utilizam um serviço de apoio domiciliário. As razões para a utilização destes dois tipos de apoio têm como ponto em comum o serviço de refeições.

² Não surpreendentemente são, sobretudo, os idosos que vivem sozinhos que mais frequentam este tipo de equipamento, cerca de três vezes mais do que os idosos que vivem com o/a cônjuge.



Efectivamente, 62.5% dos idosos que frequentam um centro de dia/convívio e 87.5% dos que utilizam um serviço de apoio domiciliário referem como principal apoio o fornecimento de refeições - tornado mais importante pela incapacidade assumida de muitos deles em cozinhar - como a razão principal para o recurso a apoios de carácter institucional. A confecção de alimentos é, aliás, o principal apoio prestado pelo serviço, chegando à totalidade dos utentes inquiridos. Mais residuais são apoios como a limpeza da casa e tratamento de roupas e, sobretudo, apoio ao nível da higiene pessoal e cuidados de saúde.

O centro de dia/convívio tem ainda uma outra razão, esta claramente intrínseca até à própria designação da valência: a companhia que pode propiciar a indivíduos, muitas vezes, sozinhos. Isso acaba por ser evidenciado pelo facto de quase 60% dos inquiridos afirmar sentir-se, pelo menos às vezes, sozinho. Um em cada quatro idosos inquiridos afirma sentir-se só sempre ou quase sempre. São, aliás, estes os que mais frequentam um centro de dia/convívio.

Este equipamento acaba, aliás, por revelar uma eficácia algo dual. Embora seja usado como forma de evitar a solidão parece não impedir, no entanto, que mais de metade dos inquiridos que o frequentam se sintam sempre ou quase sempre sós, o que parece remeter para o desejo de uma companhia outra que não a proporcionada pelos técnicos e outros utentes.

No entanto, todos os inquiridos utentes deste equipamento, bem como de um serviço de apoio domiciliário, manifestaram a sua satisfação com o apoio recebido, menor porém, entre os utentes desta última valência – 2.5 face a 1.7 entre os utentes de um centro de dia/convívio³. Num ponto intermédio encontra-se a valência de lar, cuja satisfação média se situa em 2⁴.

³ Medido numa escala em que 1=muito satisfeito, 2=bastante satisfeito, 3=satisfeito e 4=pouco ou nada satisfeito.

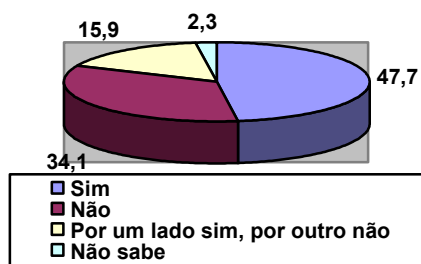
⁴ Dado o quantitativo escasso de idosos institucionalizados, optou-se por não se apresentar outros resultados relativos a essa sub-amostra, pela pouca fiabilidade que daí poderia decorrer.



Satisfação residencial

A grande maioria dos idosos inquiridos afirma estar satisfeita com a freguesia e com o concelho onde reside, havendo mesmo metade que atribui a classificação máxima. Porém, mais de metade não afirma categoricamente gostar que os seus filhos (existentes ou hipotéticos) vivessem no mesmo local.

Gráfico Nº 3 – Gostava que os filhos residissem no mesmo local



Essa opção prende-se, sobretudo, com a falta de equipamentos, comércio e/ou serviços no local de residência, referida por mais de 80% dos idosos que apontaram razões de carácter negativo, bem como, em menor grau, com más acessibilidades e transportes (22.7%). O apego de natureza mais sentimental ao local de residência é, por seu turno, o principal catalizador para as respostas de carácter positivo, traduzido no sentimento de pertença e relação afectiva com o local (68%) e na consideração do mesmo como um local bonito e/ou agradável (48%).

O Acesso aos Serviços

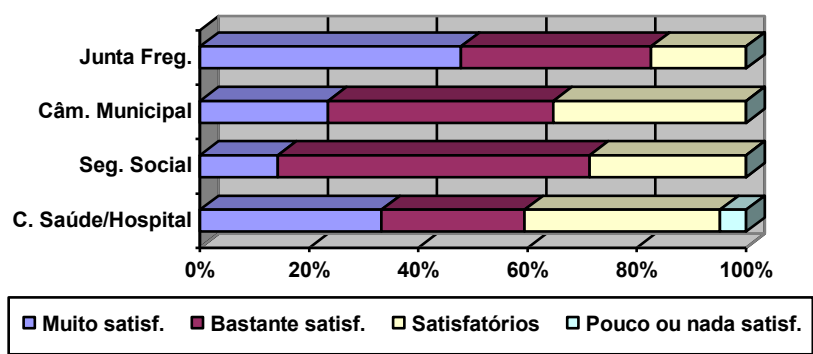
Apesar de tudo, não foram verbalizadas grandes dificuldades de acesso aos serviços⁵. As maiores dificuldades prendem-se com o acesso à Câmara Municipal (um em cada quatro dos que o quiseram fazer, conseguiram-no com dificuldade), ao médico/centro de saúde/hospital (17.1%) e às compras (11.5%).

⁵ Foram considerados quatro diferentes serviços: centro de saúde/hospital, serviço de segurança social, câmara municipal, e junta de freguesia.



Quanto à avaliação dos serviços prestados, a apreciação mais positiva é feita relativamente à junta de freguesia, provavelmente aquela em relação à qual há um sentimento de maior proximidade, importante em locais mais pequenos e, sobretudo, para população mais idosa.

Gráfico N° 4 – Avaliação dos serviços prestados no centro de saúde/hospital, nos serviços da segurança social, na câmara municipal e na junta de freguesia



Embora a avaliação efectuada, nomeadamente o número ainda significativo de inquiridos que afirma que os serviços são apenas satisfatórios, abra espaço para sugestões para a melhoria dos serviços prestados, foi notória alguma falta de verbalização por parte da população idosa abrangida pelo estudo, seja por dificuldades nessa mesma verbalização e no equacionar de sugestões, seja por uma possível renitência em, implicitamente, criticar negativamente os serviços.

Apenas relativamente à área da saúde foi possível recolher mais sugestões, que passaram, maioritariamente, pelo aumento do pessoal de saúde e pela maior rapidez de atendimento. Apesar disso, é de assinalar que quase todos os idosos inquiridos que precisaram de contactar um médico o conseguiram sempre ou quase sempre.

As recomendações efectuadas dirigir-se-ão mais, presumivelmente, à extensão do centro de saúde, aonde recorrem normalmente dois em cada três inquiridos. Dada a maior distância geográfica relativamente ao hospital e ao centro de saúde, estes dois equipamentos apenas são usados como



primeiro recurso por 18.2% e 27.3%, respectivamente. Médicos particulares e clínicas privadas obtêm pesos ainda mais residuais de 9.1% e 2.3%.

Quando se dirigem a um serviço de saúde, dois em cada três inquiridos são acompanhados, situação que caracteriza todos os institucionalizados e que é mais frequente entre os que vivem com o/a cônjuge (72.2%) do que entre os que vivem sozinhos (52.6%).

Redes de Sociabilidades

Da mesma forma, e compreensivelmente, enquanto que mais de 60% dos primeiros recorre ao/à esposo/a em caso de doença ou necessidade de deslocação, os segundos tendem a recorrer mais aos filhos – quando não estão enquadrados num centro de dia/convívio – e ao corpo técnico desse equipamento, quando se trata de idosos abrangidos por essa valência.

A situação não se altera significativamente quando se considera as ajudas emocional/afectiva e económica, à excepção da grande relevância que, neste último caso, ganham os filhos.

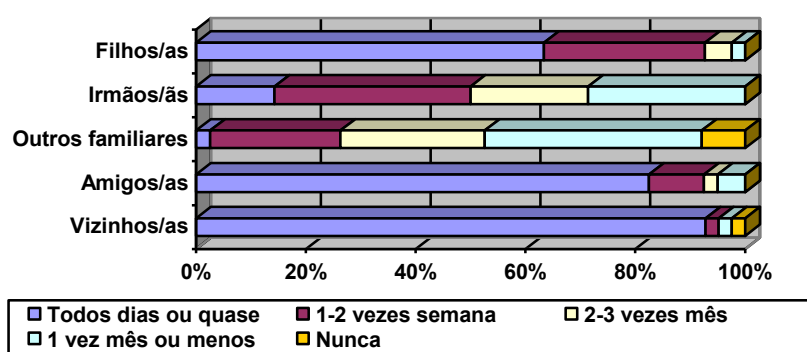
É assinalável verificar que quase metade dos idosos inquiridos afirmam haver algo que os impede de se encontrarem mais vezes com familiares, sendo que, em três em cada quatro casos, se fica a dever ao facto de esses familiares residirem demasiado longe, o que levanta, uma vez mais, questões como a dispersão geográfica do concelho e/ou os processos de desertificação sentidos no território.

O segundo motivo mais invocado (28.6%) prende-se com dificuldades físicas em termos de mobilidade, referido exclusivamente por muito idosos (75 ou mais anos), onde representa 37.5% desses inquiridos. Não surpreendentemente, a vulnerabilidade económica parece ser mais acentuada entre esses indivíduos. Cerca de um em cada cinco refere a impossibilidade de pagar as deslocações, situação que não foi referida por nenhum dos inquiridos entre os 65-74 anos.



As redes de sociabilidades dos inquiridos parecem ser relativamente fortes. Em termos familiares, a maioria fala regularmente, pessoalmente ou por telefone, com filhos/as e irmãos/ãs, sendo menos frequentes os contactos com outros familiares. É também assinalável a regularidade de contactos com amigos, situação que pode ser explicada pela coincidência que estes têm, muitas das vezes, com os vizinhos, elementos com os quais a regularidade de contacto é maior.

Gráfico N° 5 – Regularidade com que costuma falar, pessoalmente ou por telefone, com filhos/as, irmãos/ãs, outros/as familiares, amigos/as, e vizinhos/as



A regularidade de contacto é sistematicamente menor entre os idosos institucionalizados. Curiosamente, são estes inquiridos que menos referem haver obstáculos ao seu encontro com familiares, o que deixa antever que a menor regularidade de contacto não deixará de ser, pelo menos parcialmente desejada, sobretudo quando são também estes os inquiridos que mais referem haver entraves ao seu encontro mais frequente com amigos.

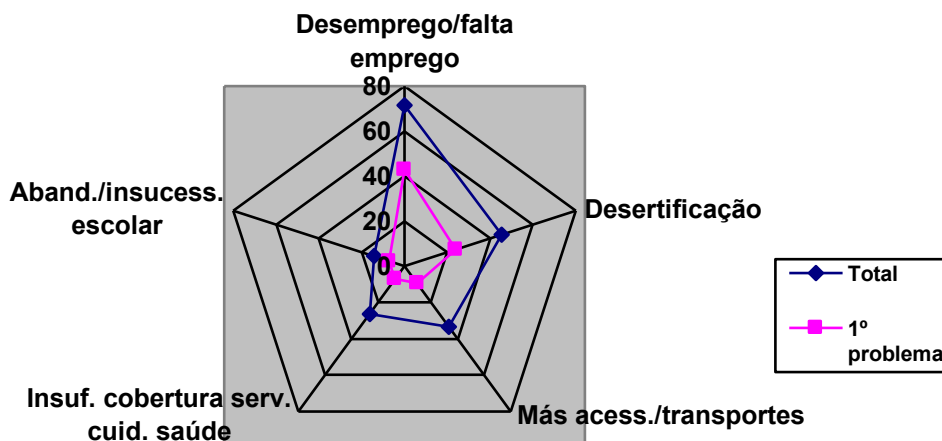
Preocupações e Problemas do Concelho

Para os idosos inquiridos o desemprego e/ou a falta de emprego ocupa, sem sombra de dúvida, o lugar cimeiro no que respeita aos problemas do concelho, sendo identificado por 71.4% dos inquiridos, 60% dos quais como o principal problema. Uma problemática como a desertificação, que poderia



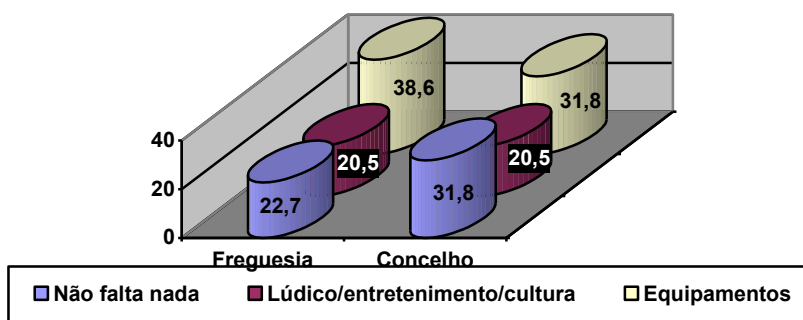
tocar mais de perto esta população, afastada da esfera do emprego, é referida por menos de metade dos inquiridos.

Gráfico Nº 6 – Principais problemas do concelho



Restringindo as necessidades do concelho à população idosa, é interessante verificar que quase um em cada três respondentes afirma não faltar nada, sobretudo nas freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo. Ao nível da freguesia, por seu turno, é mais verbalizada a necessidade de equipamentos vários.

Gráfico Nº 7 – Principais necessidades sentidas ao nível da freguesia e do concelho

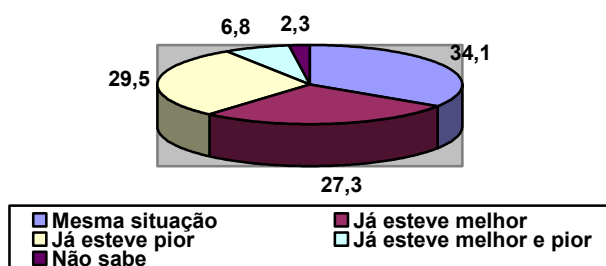


Relativamente à sua situação económica, quase dois em cada três inquiridos se considera “remediado”, havendo 20.5% que se considera pobre, o que revela uma assinalável coincidência com as taxas oficiais de pobreza reveladas pelo Eurostat. Os restantes 15.9% consideram estar relativamente bem, não havendo nenhum respondente a considerar-se rico.



Igualmente coincidente com dados oficiais é a maior incidência de (assunção de) pobreza entre os inquiridos muito idosos (25%) relativamente aos inquiridos entre os 65 e os 74 anos (8.3%). Diferenciando por sexo, são as mulheres que mais afirmam ser pobres (uma em cada três face a um em cada doze homens). Simultaneamente, porém, são as que mais consideram estar “relativamente bem” (23.8%, face a 8.7% dos homens). Só cerca de um em cada três respondentes afirma, porém, ter estado sempre na mesma situação económica.

Gráfico Nº 8 – Situação económica presente e passada



A maior estabilidade a este nível parece caracterizar sobretudo os idosos das freguesias de Salvaterra do Extremo e de Monfortinho, por oposição às freguesias de Oledo, onde 80% dos inquiridos afirma já ter estado melhor, e de Idanha-a-Nova, Monsanto e Proença-a-Velha, onde metade dos inquiridos ou mais afirma ter passado por situações económicas piores do que a actual. É sobretudo entre os inquiridos isolados que se registam maior proporção de opiniões de que a situação actual é pior do que outrora - 42.1%, face a 22.2% dos que vivem com o/a cônjuge.

Considerando apenas os últimos cinco anos é possível constatar que um pouco mais de metade dos inquiridos afirma ter acontecido algo que piorou as suas condições de vida, valor que sobe para cerca de quatro em cada cinco respondentes se se considerar também aqueles que afirmam ter havido factores que pioraram e factores que melhoraram as condições de vida.



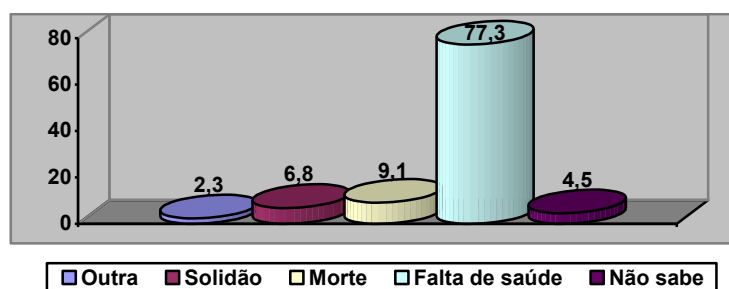
As principais razões apontadas para essa piora são, inegavelmente, as questões de saúde e as mudanças no agregado familiar. No entanto, se a primeira razão afecta da mesma forma isolados e inquiridos que vivem com o/a cônjuge (63.6% e 62.5%, respectivamente, já as mudanças no agregado foram referidas sobretudo por isolados (72.7%, face a 12.5% dos que vivem em casal), o que vem indicar pistas relativamente ao carácter relativamente recente da sua situação de isolado e das implicações que essa situação veio trazer à vida desses inquiridos.

Relativamente ao futuro, cerca de um em cada três respondentes acredita que a sua vida não se vai alterar grandemente, havendo 38.6% que acredita que a sua vida vai piorar. Nenhum inquirido mostrou confiança na melhoria da sua vida, havendo ainda 27.3% que afirmou não saber.

Os motivos que os inquiridos apontam para a sua convicção de que a sua vida irá piorar no futuro prendem-se fundamentalmente com duas questões interrelacionadas: a situação de velhice que vivem actualmente e que irá continuar e os problemas de saúde experienciados e que, assumem, tenderão a aumentar.

A falta de saúde é, aliás, e indubitavelmente, a principal preocupação dos idosos inquiridos, muito mais do que a morte ou o sentimento de solidão que constituem preocupações, muitas vezes, fortemente associadas à população idosa.

Gráfico Nº 9 – Principal preocupação



Instados a definir brevemente o que é uma pessoa idosa, é possível perceber que mais de metade fá-lo de uma forma negativa, face a 25% que o fazem de uma forma positiva, sempre relacionando o idoso com a experiência de vida e sabedoria acumulada, e 15.9% que o fazem de uma forma neutra,



expressando uma perspectiva cronológica sobre a questão – “O idoso é uma pessoa como qualquer outra mas com mais anos de vida”.

Há, nas frases recolhidas, também algum espaço para a ambivalência, reflectida na definição do idoso como alguém que “vive cada dia como se fosse o último” e para o adiamento da questão através de um assumir definitivo de que idoso é “quem tenha entre 90 e 100 anos”, ainda a 14 anos de distância, portanto, para o respondente em causa.

A negatividade expressa-se sobretudo na definição do idoso como alguém com falta de saúde e/ou de capacidades (20.5%) – o que é claramente consistente com elementos anteriores de análise – bem como alguém que precisa de carinho e/ou de auxílio (13.6%) e uma pessoa só e/ou abandonada (6.8%). Há ainda 15.9% de inquiridos cuja visão negativa, embora não enquadrada nas categorias anteriormente mencionadas, roça, muitas das vezes, o sentimento de marginalização, revelando uma riqueza semântica assinalável.

Incluem-se aqui declarações como a de que idoso “é quando já não olham tanto para nós” ou “é uma pessoa a que já não dão tanta importância”, bem como expressões de uma força como a de que o idoso “é uma pessoa que quase não existe”, “triste porque é como se a pessoa já esteja fora do mundo” ou que “é como pão bolorento, mais ou menos fora de prazo”.

A falta de saúde/capacidades, bem como a necessidade de carinho/auxílio são referidas sobretudo pelas mulheres, preferindo os homens posicionar-se, comparativamente mais, de forma neutra. Da mesma forma são os inquiridos muito idosos que mais referem a falta de saúde/capacidades e outras características negativas, da mesma forma que os inquiridos entre os 65 e os 74 anos referem muito mais (41.7% face a 18.8% dos muito idosos) o respeito e a sabedoria.

Também no que se refere à tipologia de família é possível verificar diferenças importantes na definição de idoso. Se os inquiridos que vivem em casal



tendem a definir comparativamente mais o idoso de forma neutra ou como precisando de carinho/auxílio, os isolados optam comparativamente mais pelas definições mais negativas (26.3% face a apenas 5.6% dos que vivem em casal). Os respondentes institucionalizados referem sobretudo a falta de saúde/capacidades e a necessidade de carinho/auxílio, o que é, provavelmente consistente e revelador das condições, por um lado, mais objectivas e, por outro, potencialmente mais subjectivas da situação em que se encontram.

2. População Cigana e o Desafio à Coesão Social

Analisar a população cigana deve ser, antes de mais, considerar a sua diversidade e heterogeneidade. Como tem sido apontado por outros estudos neste domínio, *não existe uma etnoclasse cigana, mas sim vários estratos sociais ciganos que comungam, porventura com níveis de participação diferentes, uma mesma etnicidade e assumem uma identidade étnica comum mas que se pode expressar diferentemente. Não tem validade teórica nem fundamento empírico defender-se a homogeneidade social da comunidade cigana em Portugal* (Machado, in ACIME, 1997).

Esta é uma realidade amplamente demonstrada pelas referências que com frequência são feitas, por ciganos e não ciganos, à necessidade de se distinguir as comunidades predominantemente sedentarizadas, como é da Zebreira, das (semi) itinerantes que surgem pelo Concelho.

As comunidades ciganas partilham, porém, uma situação de exclusão que, segundo alguns/mas autores/as (cf. Machado, in ACIME, 1997) assume o carácter de uma *exclusão secular*. Na esteira de uma história de discriminação e mesmo de perseguição, tanto a nível nacional como da Europa (cf. Comissão Europeia, 2004), as comunidades ciganas são, ainda hoje, afectadas por graves problemas de integração social, económica, cultural e política, e por formas de pobreza extrema, exclusão e discriminação (conforme salientado por Odile Quintin, Directora-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades, na Comissão Europeia, em discurso



proferido em 25 de Janeiro de 2005, no Fórum Cigano do Parlamento Europeu).

Ao serem comunidades, ainda que pequenas, com uma forte visibilidade social, já que se distinguem da comunidade maioritária pelos seus usos e modos de vida, as comunidades ciganas tornam-se, contudo, e também a nível local, invisíveis pelo desconhecimento que delas, geralmente, se tem, criando-se, deste modo, uma barreira, à comunicação, ao entendimento e relacionamento mútuo. *“O desconhecimento é mútuo, a comunidade geral ignora a cultura dos ciganos e estes ignoram os direitos e deveres que lhes assistem enquanto cidadãos, vivendo num grande isolamento”* (Bacelar de Vasconcelos, in Montenegro, org., 1999).

Em Idanha-a-Nova, e em particular na freguesia da Zebreira, a presença dos ciganos remonta há décadas, parecendo haver uma aceitação mútua entre ciganos e não ciganos. No entanto, o crescimento dos elementos destas comunidades, em paralelo com a desertificação do Concelho e com as dificuldades acrescidas de desenvolvimento de uma actividade económica – as feiras começam a ser mais raras e os lugares escasseiam; as grandes superfícies e as “lojas dos 300” representam uma forte concorrência; algumas culturas de carácter sazonal, como o tabaco, começam a desaparecer e noutras, sobretudo, em Espanha, começa a haver preferência por uma mão-de-obra com origem fora do espaço comunitário – podem constituir-se como factores que contribuam para aumentar a fragilidade da coesão social.

Escolaridade

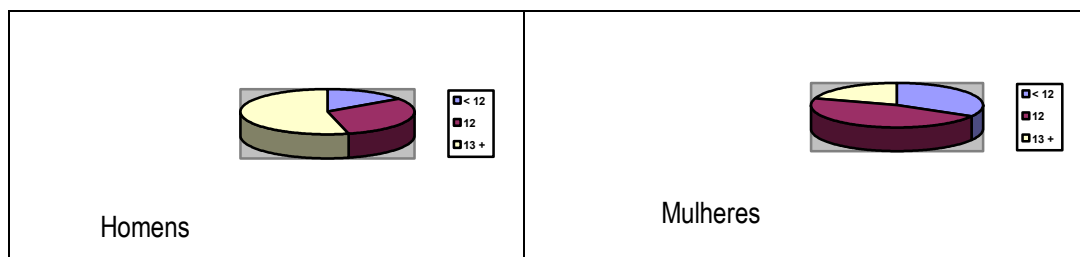
As habilitações literárias dos respondentes são extremamente baixas. Efectivamente, nenhum tem mais do que o 4º ano de escolaridade e, mais gravoso, mais de um em cada três afirma não saber nem escrever. Tal situação, particularmente evidente entre os que tinham 50 ou mais anos não deixa, porém, de caracterizar 36.8% dos que tinham 25 a 34 anos e 25% dos que tinham, à data do questionário, menos de 25 anos.



As habilitações literárias, já muito baixas, são-no ainda mais entre as mulheres, havendo 41.7% que não sabia ler nem escrever. Do mesmo modo, apenas uma em cada quatro afirmou ter completado o 4º ano, face a 41.2% dos homens. Mais do que com o sucesso escolar de um e outro géneros, estas características relacionam-se, sobretudo, com a idade com a qual os e as respondentes deixaram a escola. Tradições profundamente enraizadas no seio da comunidade e sobejamente conhecidas fazem com a escolaridade das mulheres seja simultaneamente menos valorizada e entendida como ameaçadora para as jovens ciganas.

Assim, o início da passagem à adolescência marcou o final do percurso escolar da maioria das inquiridas. No entanto, deve ser realçado que uma em cada três deixou a escola antes dos 12 anos, algumas das quais tão cedo quanto os 8 anos de idade. Em média, as inquiridas deixaram a escola com 11 anos, face aos 12 anos registados para os inquiridos. Outro elemento importante decorre da análise por escalões etários, reveladora de que, em média, os indivíduos mais jovens deixaram a escola praticamente com a mesma idade dos mais velhos. Como tal, a única progressão que se verifica a esse nível diz respeito à diminuição do analfabetismo entre os mais jovens (vide acima), para valores, contudo, ainda enormes⁶.

Gráfico Nº 10 – Idade com que deixou a escola, segundo o sexo



Quando confrontados com a sua situação face à escolaridade, apenas um em cada sete afirmou não gostar de voltar a estudar. No entanto, a maioria dos/as inquiridos/as embora afirmando gostar de voltar a estudar salientou simultaneamente não pensar em fazê-lo. Uma postura pró-activa

⁶ Por outro lado, convém equacionar a questão no momento em que ocorre. Se uma situação de analfabetismo é, por si só, e independentemente do tempo em que ocorre, grave, não podemos deixar de pensar que a inserção e a inclusão de indivíduos analfabetos no Portugal dos anos 60 ou 70, com as taxas globais de analfabetismo que aí se registavam, ou no Portugal de hoje e na sociedade da informação que caracteriza este tempo, tem de ser necessariamente diferente.



relativamente à questão é praticamente residual. Apenas dois dos inquiridos afirmaram pensar efectivamente em fazê-lo, tantos quantos os que afirmaram já ter tentado voltar a estudar não o tendo, porém, conseguido.

A conclusão do 1º ciclo de escolaridade – quatro anos – seria o objectivo de praticamente metade dos inquiridos, onde prevalecem as mulheres, reflexo das suas baixíssimas habilitações já atrás referidas. Por outro lado, 12.2% refere a conclusão do 3º ciclo, situação que caracteriza apenas respondentes mais novos, com menos de 35 anos, e que parece estar associada a oportunidades de emprego⁷.

São estes indivíduos que mais assumem que as suas habilitações dificultaram ou impediram a obtenção de um emprego, e que apontam directamente a obtenção de um melhor emprego como a principal razão para o afirmarem gostar de ter estudado mais. Por outro lado, é apenas entre estes indivíduos que se detecta a postura pró-activa acima referida.

Devem ainda ser realçados dois outros resultados. Por um lado, o facto de que, para um em cada sete inquiridos, o grande objectivo da continuidade dos estudos seria o saber ler e escrever; por outro, o elevado valor de não respostas a estas questões que, no caso concreto do apontar do grau de escolaridade desejado, atinge cerca de 30%.

A decisão de não voltar a estudar prende-se essencialmente com dois motivos: 1) económicos, reflectindo a necessidade de trabalhar/ganhar dinheiro; e 2) familiares, dando expressão à necessidade de ajudar em casa, nomeadamente realizando tarefas domésticas e cuidados a crianças.

A formação profissional não parece constituir, de forma alguma, alternativa. Nenhum dos respondentes afirmou frequentar ou alguma vez ter frequentado formação profissional, registando-se apenas um caso em que essa frequência foi apontada como objectivo relativamente aos estudos.

⁷ Convém não esquecer que estes são indivíduos que se deverão ter confrontado com o estabelecimento da escolaridade mínima obrigatória em nove anos.



Apesar destas características, as habilitações detidas pelos indivíduos são reconhecidas como um dos factores mais importantes para a obtenção de um emprego, obtendo, em média, e numa escala de 1 a 4⁸, o valor de 3.2. Este mesmo valor médio é obtido no que diz respeito à experiência de trabalho, acabando por se equilibrar a importância atribuída à escola com a importância atribuída à "escola da vida". Valores menores são obtidos, não surpreendentemente, para a formação profissional - 2.1 - e para o "conhecer as pessoas certas" - 1.6 - reflectindo, provavelmente, o relativo distanciamento dos trabalhadores ciganos relativamente a esta questão, sobretudo pela forte incidência de trabalho por conta própria.

Trabalho

Tendo deixado a escola muito cedo, como houve, atrás, oportunidade de mencionar, também a entrada na vida activa aconteceu muito cedo, por volta dos 13 anos, em média.

À altura do questionário o trabalho por conta própria era a principal fonte de rendimento para 46.3% dos agregados e o trabalho por conta de outrem para 51.2%. Registou-se apenas um caso em que a principal fonte é o Rendimento Social de Inserção⁹.

Em termos individuais, a grande maioria dos respondentes trabalhava, sendo tantos os que o faziam por conta própria quantos os que o faziam por conta de outrem (35% cada), registando-se, ainda, 27.5% de domésticas.

A incidência do trabalho por conta de outrem era maior entre os homens e entre os inquiridos solteiros. Aliás, a constituição de família própria parece implicar alguma reorientação relativamente ao trabalho desenvolvido. Quase todos os respondentes casados ou juntos que trabalhavam por conta própria tinham, anteriormente, trabalhado por conta de outrem, na agricultura.

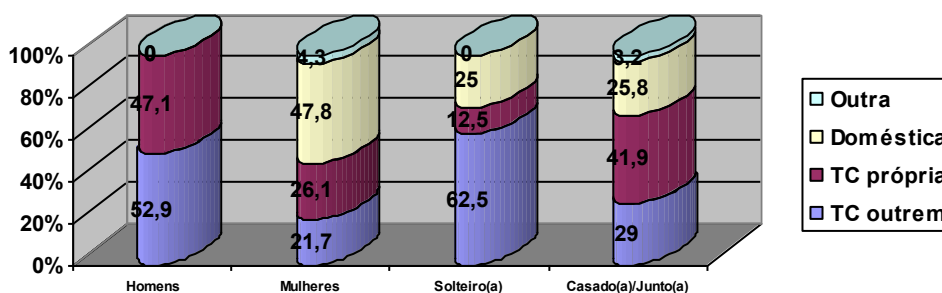
⁸ Em que 1 equivale à menor importância e 4 à maior importância.

⁹ O que não implica, obviamente, que outros agregados da amostra não possam dele usufruir. Essa questão não foi, porém, colocada directamente.



Os dados parecem confirmar um relativo afastamento da mulher cigana relativamente ao mercado de trabalho, ou a parte dele, afastamento esse com duas características diferenciadas. Por um lado, a grande prevalência de domésticas; por outro, um afastamento do trabalho por conta de outrem devido ao casamento, reflectido no facto de apenas 11,8% das mulheres casadas ou juntas trabalharem por conta de outrem, face a 60% das solteiras.

Gráfico N° 11 – Situação face ao trabalho, segundo o sexo e a situação conjugal



As ocupações dos respondentes são de uma uniformidade extrema. Assim, todos os que afirmaram trabalhar por conta própria se classificaram como feirantes. Da mesma forma, apenas um dos inquiridos trabalhadores por conta de outrem se enquadra numa actividade que não a agricultura.

O grau de satisfação expresso com a ocupação é, genericamente, alto, quer para os feirantes, quer para quem trabalhava na agricultura, com valores em torno dos 85%. Todavia, a análise dos motivos para essa satisfação mostra que, mais do que uma satisfação, é o conformismo que leva os inquiridos a afirmar a satisfação com a sua ocupação. Tal característica é notória, sobretudo, entre aqueles que trabalham na agricultura (90.9%) e que usam expressões como “não temos outro trabalho” e “não sabemos fazer mais nada” para expressar a sua «satisfação».

Também metade dos inquiridos feirantes expressa este conformismo através de frases semelhantes às acima referidas, às quais se juntam algumas referências à tradição, havendo ainda quem afirme que “é melhor do que trabalhar no



tabaco". A restante metade expressa motivos como o gostar da actividade e o "vender bem".

Quando questionados relativamente a alternativas à ocupação profissional que têm, a quase totalidade desses inquiridos afirma que essas alternativas são inexistentes, mesmo aqueles que afirmaram ter tido outra ocupação anteriormente. As ocupações anteriores continuam a reflectir uma grande uniformidade. Uma boa parte dos que tiveram outra ocupação e que trabalhavam na agricultura no momento do questionário foram anteriormente feirantes e os que o eram naquele momento e tiveram outra ocupação, essa ocupação foi na agricultura.

Satisfação Residencial

De acordo com o expressado pelos respondentes, não parece ser tão evidente como noutros locais (vide, por exemplo, Cardoso et al. Habitat e Minorias – Estudo prospectivo sobre a integração sócio-urbanística das populações dos PALOP e da comunidade cigana, Lisboa, INH, 2001, policopiado), a concentração residencial da população cigana inquirida. De facto, apenas 22.5% afirmou que mais de metade dos seus vizinhos era, igualmente, de origem cigana, registando-se mesmo 37.5% que afirmou que a proporção de vizinhos ciganos era de 10% ou menos.

A satisfação com o local de residência é, genericamente, elevada. Efectivamente, quase metade dos inquiridos expressa o grau máximo de satisfação (4), havendo ainda 37.5% que expressam o valor 3. Em média, o grau de satisfação situa-se em 3.2. Este valor esconde, porém, diferenciações significativas em termos etários e de freguesia de residência.

São os inquiridos mais jovens e os residentes na freguesia de Zebreira que revelam maior satisfação. Os residentes na freguesia de Idanha-a-Nova e de Ladoeiro revelam graus médios de satisfação consideravelmente mais baixos (2.5 e 1.7, respectivamente). Como tal, não surpreende que só metade dos inquiridos de Idanha-a-Nova e 20% dos inquiridos do Ladoeiro tenham

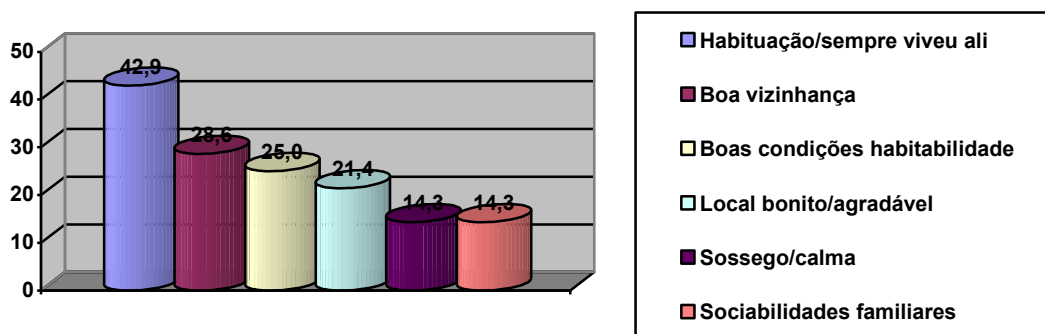


afirmado gostar que os seus filhos, existentes ou considerados hipoteticamente, residissem no mesmo local, face a uma aprovação por parte de mais de 80% dos inquiridos residentes em Zebreira.

As razões justificativas de tais opiniões são também elas diferenciadas de acordo com a freguesia de residência. Assim, em Idanha-a-Nova, as razões assinaladas são de carácter mais abrangente, passando sobretudo pelo apontar de debilidades ao nível da existência de equipamentos, comércio e/ou serviços na zona. Em Ladoeiro, por outro lado, as razões apontadas parecem cingir-se mais ao espaço restrito da habitação, ganhando importância, na verbalização dos respondentes, as más condições de habitabilidade e a falta de infraestruturas básicas.

Em Zebreira, a aprovação do local de residência prende-se com um conjunto de motivos (vide gráfico abaixo), de onde sobressai o "estar habituado/sempre ali ter vivido" revelador, uma vez mais, de uma postura conformista mais do que de uma satisfação justificada. Tal não quer dizer, porém, que o padrão de resposta diferenciado que estes inquiridos apresentam face aos que afirmaram claramente ter razões para gostar que os seus filhos não vivessem no mesmo local não deva ser assinalado e valorizado.

Gráfico N° 12 – Motivos para a satisfação com o local de residência



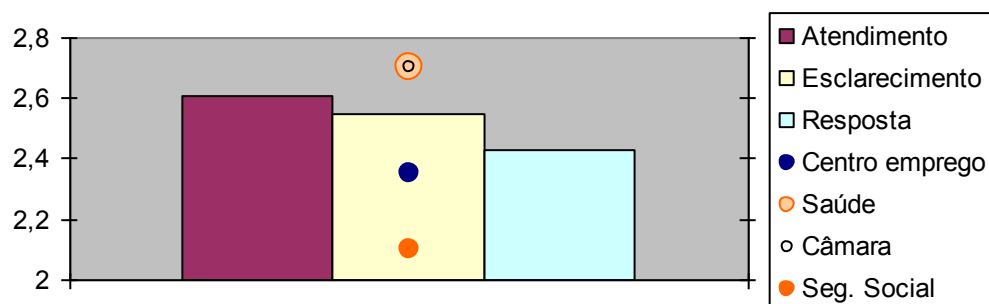
Acesso aos Serviços

Genericamente, o acesso da população cigana inquirida a um conjunto de serviços parece não constituir problema de maior. Não se registou, em qualquer dos quadrantes considerados - saúde (médico/centro de saúde/hospital), segurança social, centro de emprego, banco, ida as compras, candidatura a um emprego, câmara municipal¹⁰ - mais do que duas situações em que respondentes tenham sentido dificuldades na realização daquilo a que se tinham proposto. Visto de forma global, quase 90% dos respondentes conseguiram aceder, sem dificuldade, aos serviços de que necessitaram.

Na mesma linha, apenas na candidatura a um emprego se registaram duas situações em que essa actividade não foi conseguida, tendo ficado, nesses casos, a dever-se às baixíssimas habilitações literárias dos indivíduos.

Também em relação aos serviços prestados parece haver alguma satisfação.

Gráfico N° 13 – Satisfação com os serviços do concelho, segundo o tipo de serviço prestado e o local



Quanto a sugestões para que os serviços prestados pelas diferentes entidades possam melhorar, elas passam, no caso dos serviços de saúde, sobretudo pela admissão de mais pessoal, para que os tempos de espera, considerados grandes, pudessem diminuir. Já no que se refere à segurança social, as sugestões vão sobretudo no sentido de um maior simpatia no atendimento, já

¹⁰ Não se inclui aqui análise relativa a Univas - serviço que fazia parte do guião de questionário - dado que nenhum dos inquiridos o tinha, alguma vez, utilizado, desconhecendo mesmo, a maioria dos inquiridos, em que é que consistia.



que, e de acordo com os respondentes, "não existe simpatia e vontade para resolver os problemas". Alguns inquiridos fazem ainda alguma particularização da relação que é estabelecida com eles enquanto ciganos afirmando, por exemplo, que "deviam ouvir melhor os ciganos" porque "não compreendem as nossas dificuldades".

Relativamente ao centro de emprego, o número de sugestões é menor, merecendo, porém, realce a referência a que "eles (no centro de emprego) coitados, não podem fazer mais nada", afirmação que é clarificada quando alguém expressa que "não há empregos para os ciganos" e, sobretudo, quando é afirmado que "não podem dar nada à gente porque a gente não sabe fazer mais nada senão no campo".

O funcionamento da câmara municipal é o que recolhe menor número de sugestões, registando, contudo, um elevado número de respostas que, não sendo verdadeiramente sugestões para a melhoria do funcionamento, são antes reivindicações. Enquadram-se, nesta categoria, a reivindicação de uma habitação e, em menor grau, de um local para culto religioso¹¹. De assinalar ainda um respondente que afirmou "como somos ciganos fazem-nos esperar e não esclarecem nada; respondem mal", perspectiva que remete, desde já para a próxima secção.

Percepções

Confrontados directamente com possíveis situações de discriminação sentidas nos doze meses anteriores ao momento de inquirição, apenas 9.8% afirmou ter experienciado uma dessas situações por motivos que relacionou com xenofobia, sendo ainda menos os que se sentiram discriminados pelo seu tipo de trabalho¹².

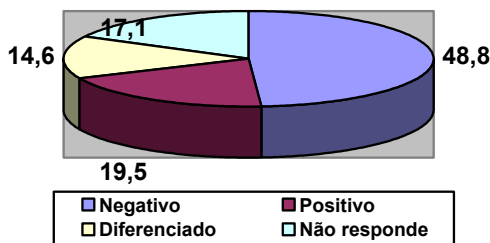
¹¹ Segurança social é o outro serviço onde existe um elevado número de respostas reivindicativas, quase sempre relativamente à concessão do rendimento social de inserção.

¹² É curioso notar que, dos dois inquiridos nesta situação, cada um tem uma situação face ao trabalho e actividade diferente, sendo um feirante, por conta própria e trabalhando, o outro, por conta de outrem na agricultura.



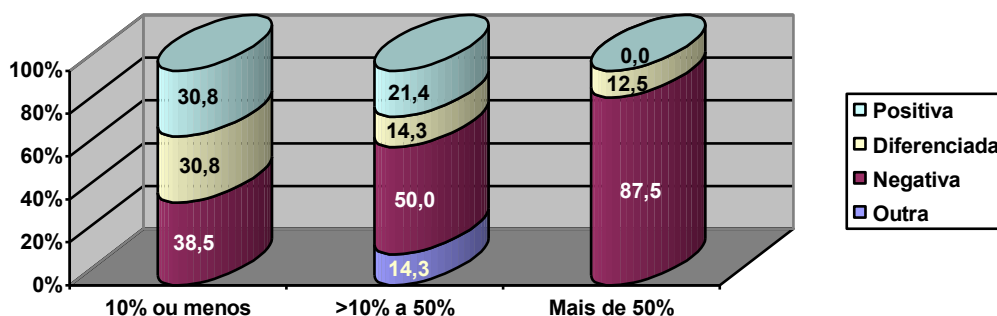
É interessante, porém, confrontar esta situação como a percepção subjectiva dos inquiridos daquilo que os "outros", neste caso os não-ciganos, pensarão da população cigana. Aqui, sem dúvida, prevalece a ideia de que esse pensamento é predominantemente negativo, chegando inclusive, para 22% dos inquiridos, a prejudicar a sua vida ou a de familiares¹³. Quase metade dos inquiridos tem essa opinião, sendo apenas um em cada cinco os que consideram que é positivo. Menos são os que optam pelo assinalar de uma postura diferenciada, não uniformizadora do pensamento da população não-cigana.

Gráfico Nº 14 – Percepção da opinião da população não-cigana sobre a população cigana



Regista-se, a este respeito, diferenciação de acordo com a composição da vizinhança dos inquiridos segundo a proporção de população cigana e não-cigana.

Gráfico Nº 15 - Percepção da opinião da população não-cigana sobre a população cigana, segundo a proporção de vizinhos ciganos



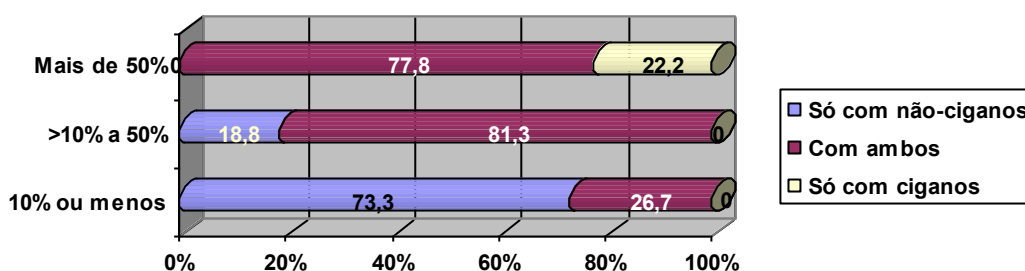
¹³ Este valor, significativamente superior aos valores registados nas perguntas relativas à discriminação acaba por reflectir a inclusão dos familiares como possíveis objectos de discriminação. A referência mais imediata é a das crianças, sendo verbalizado que "sentem-se mal, isoladas, sem ninguém para brincar" e que "isolam-se e só falam com as pessoas ciganas". Contudo, merecem, também, realce outros aspectos: "para arrendar a minha casa foi difícil porque somos ciganos"; "no trabalho, as pessoas ao terem conhecimento que somos ciganos, recusam-nos para trabalhar".



Efectivamente, a proporção de respostas positivas é tanto menor quanto maior a concentração residencial de população cigana expressa pelos respondentes, acontecendo exactamente o inverso relativamente às respostas de carácter negativo. A residência numa zona de maior ou menor concentração residencial de população cigana (expressa pelos inquiridos) influi, igualmente, numa potencial escolha dos vizinhos.

Assim se, na globalidade, a maioria dos inquiridos (60%) afirmou preferir viver num sítio onde residissem quer ciganos, quer não-ciganos, o cruzamento com o grau de miscigenização no contexto de residência actual revela diferenças significativas.

Gráfico Nº 16 – Preferência relativamente à composição de vizinhança hipotética, segundo a proporção de vizinhos ciganos na residência actual



Merece ainda destaque a diferenciação de respostas segundo a freguesia de residência. Como em outros aspectos, a Zebreira diferencia-se de Idanha-a-Nova e Ladoeiro, sendo a freguesia onde uma maior proporção de inquiridos preferiria viver num sítio só com vizinhos não-ciganos – 43.3%, face a 16.7% na primeira das freguesias acima referidas e 0% em Ladoeiro.

Da mesma forma, Zebreira é a única freguesia onde foram mencionadas percepções de carácter diferenciado e positivo. Nessa freguesia foram "apenas" 42.3% os que apontaram respostas de carácter negativo, face a 80% dos inquiridos de Ladoeiro e à totalidade dos inquiridos da freguesia-sede de concelho.

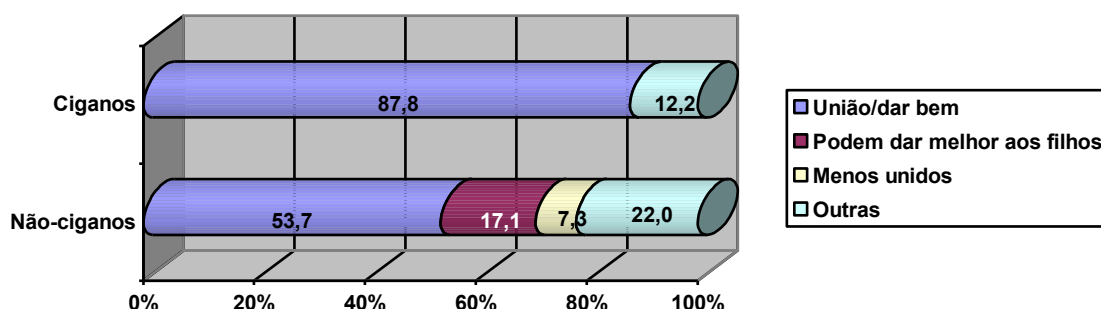


As potenciais percepções negativas por parte da população não-cigana são justificadas, por dois em cada três destes respondentes, pela prevalência de sentimentos de intolerância/racismo. A justificar potenciais percepções positivas estará a convivência entre ciganos e não-ciganos (57.1%), potenciada pela vizinhança, mais ou menos próxima, em termos habitacionais: "porque já vivemos ao lado deles e ficam a saber o que fazemos". 42.9 destes inquiridos e 21.1% dos que consideram que as percepções dos não-ciganos são negativas não consubstanciam a sua opinião, afirmando apenas não saber.

Instados a falar do modo de vida da população cigana, por um lado, e, depois – e separadamente – do modo de vida da população não cigana, relativamente a três áreas distintas (família, trabalho, e convívio), é possível perceber que há, para os inquiridos, diferenças a assinalar, muito embora se possa falar de continuidades evidentes entre os dois grupos.

Assim, relativamente à componente familiar, a união e a boa convivência são os traços mais assinalados para as duas populações, embora de forma mais evidente para a população cigana.

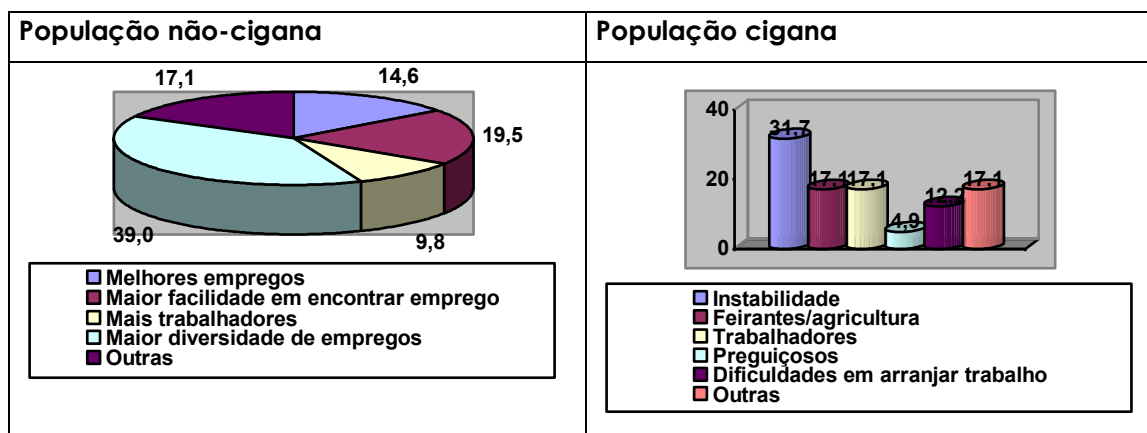
Gráfico Nº 17 – Características associadas ao modo de vida em termos familiares da população cigana e não-cigana



Em relação aos não-ciganos é de assinalar o conjunto de respostas indicativas de que estes “podem dar melhor aos filhos”. Essa característica é, na maior parte dos casos, relacionada com as melhores condições económicas que os inquiridos atribuem à população não-cigana, fruto, em larga medida das condições mais favoráveis por ela experienciadas face ao emprego.



Gráfico Nº 18 – Características associadas ao emprego da população cigana e não-cigana



Na caracterização que os inquiridos fazem da relação da população cigana com o trabalho, o principal aspecto que ressalta é o da instabilidade. Regista-se ainda, e em contraste directo com a maior diversidade de empregos associada aos não-ciganos, uma associação a apenas dois tipos de trabalho: na agricultura ou como feirantes, o que reflecte características dos próprios respondentes e, de forma mais abrangente, da população cigana do concelho. Como coloca uma jovem respondente, “aqui trabalham todos: uns são feirantes, outros trabalham no campo”.

O domínio do “convívio” é o que menor contraste revela entre população cigana e não-cigana. A maioria dos inquiridos considera que a convivialidade nos dois grupos é a “normal”, sendo feitas “algumas festas” e promovendo-se o encontro em ocasiões festivas como aniversários, casamentos, Natal, etc.. Apenas um em cada sete salienta a menor alegria do convívio não-cigano, enquanto que um em cada oito salienta que a principal diferença passa pelo facto de os não-ciganos frequentarem discotecas e cafés.

No questionamento directo relativo à concordância e/ou discordância com o modo de pensar e de viver da população cigana e da população não-cigana foi notória alguma fuga estratégica. Por um lado, através do elevado número de não respostas, nomeadamente quando questionados acerca do desacordo com os não-ciganos; por outro, através da concordância com



todos os aspectos de uma e/ou de outra cultura – 43.9% dos inquiridos chegam mesmo a fazê-lo em relação a ambas as culturas em simultâneo, o que não deixa de ser incongruente.

Analisando as restantes respostas, a principal discordância com o modo de pensar cigano coincide com a principal concordância com o modo de pensar não-cigano: as atitudes e comportamentos face à escola e à escolaridade. Um em cada cinco respondentes assume que a maior escolaridade e a maior importância dada à educação por parte dos não-ciganos é um ponto com o qual concorda particularmente. Pelo lado da discordância, a possível prepotência dos não-ciganos é realçada por um em cada oito inquiridos, sendo ainda de realçar que cerca de 10% não assume quais as discordâncias relativamente ao seu grupo de pertença. Como coloca um dos inquiridos “são muitas mas não divulgo”.

Condições de Vida: Passado, Presente e a Perspectivação do Futuro

A maior parte dos respondentes classificou-se como pobre. Uma diferenciação fundamental a este respeito, porém, é a principal fonte de rendimento do agregado. Efectivamente, 76.2% dos inquiridos inseridos em agregados cuja principal fonte de rendimento era o trabalho por conta de outrem classificaram-se como pobres, face a 42.1% daqueles que dependiam sobretudo de trabalho por conta própria. A análise da tabela abaixo permite aferir esses mesmos resultados de uma outra forma: reflectindo a probabilidade de cada um dos grupos de inquiridos se categorizar como “pobre”, por relação aos outros e ao valor de referência que é sempre 1.000.

Como seria expectável, a condição do próprio inquirido perante o trabalho reproduz esta situação mas permite um dado adicional: a situação das domésticas, que revelam uma probabilidade de se considerarem pobres quase tão elevada como a dos trabalhadores por conta de outrem.



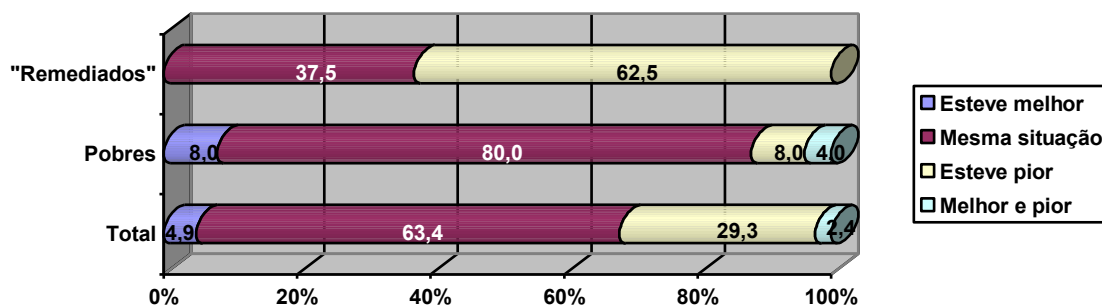
Quadro Nº 1 – Regressão logística da probabilidade de auto-categorização como pobres, segundo a freguesia, sexo, escalões etários, grau de instrução, principal fonte de rendimento do agregado e situação face ao trabalho

Freguesia	
Idanha-a-Nova	0.667
Zebreira	1.000
Ladoeiro	2.667
Sexo	
Masculino	1.309
Feminino	1.000
Escalões etários	
17-24 anos	1.000
25-34 anos	1.300
35-49 anos	1.000
50 e mais	0.300
Grau de instrução	
Não sabe ler/escrever	2.357
1º ciclo incompleto	0.857
1º ciclo	1.000
Principal fonte de rendimento do agregado	
Trabalho por conta de outrem	1.000
Trabalho por conta própria	0.227
Situação face ao trabalho	
Trabalhador por conta de outrem	1.375
Trabalhador por conta própria	0.208
Doméstica	1.000

Metade dos inquiridos (80% dos que se consideraram pobres) considerou sempre ter estado em situação de pobreza. Dos que se consideraram “remediados”, apenas 37.5% (14.6% do total de respondentes) afirmou sempre ter estado nessa situação, tendo os restantes considerado terem já estado em situação pior.

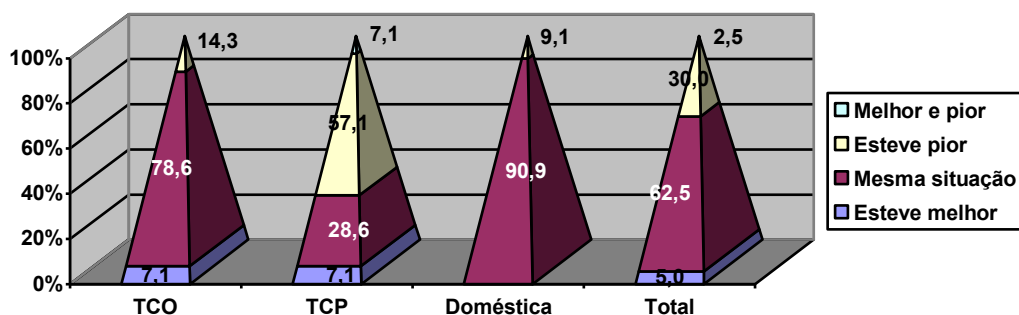


Gráfico Nº 19 – Situação económica presente, por relação ao passado



A condição dos inquiridos perante o trabalho volta a ser um elemento decisivo para a diferenciação de respostas, tornando-se evidente uma maior facilidade em melhorar as condições de vida quando o trabalho é feito por conta própria.

Gráfico Nº 20 – Alteração na situação económica, segundo a condição perante o trabalho



Legenda: TCO = trabalhador por conta de outrem; TCP = trabalhador por conta própria

Analisando em pormenor a situação dos trabalhadores por conta própria que melhoraram a sua situação é possível perceber duas situações distintas. Por um lado, há inquiridos que melhoraram a sua situação tendo sempre trabalhado por conta própria havendo, por outro, aqueles que trabalharam anteriormente por conta de outrem. Seja como for, e tendo em atenção a grande estabilidade económica que parece caracterizar os trabalhadores por conta de outrem, e sobretudo, as domésticas¹⁴, só o trabalho por conta própria

¹⁴ A situação das domésticas é, aliás, extremamente interessante. Independentemente do tipo de agregado em que se inseriram e da principal fonte de rendimento do mesmo, persiste a ideia de estabilidade, o que abre espaço a dois tipos de conjectura. Uma



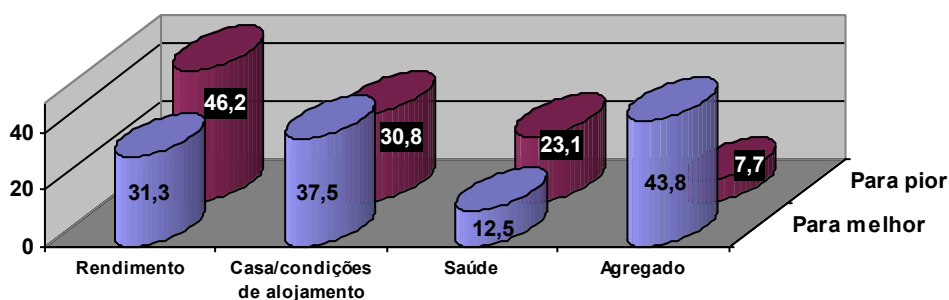
parece capaz de propiciar, de forma mais evidente, um salto qualitativo ao nível dos rendimentos.

Outro elemento importante a este respeito é a idade do inquirido sendo, sem surpresa, entre os respondentes mais velhos, a partir dos 50 anos de idade, que se verifica uma maior incidência de melhoria de situação.

Alargando o espectro da situação económica para o campo mais lato das condições de vida, alarga-se também o número de inquiridos que expressaram alguma mudança: 29.3% afirmou que houve melhorias, face a 19.5% que afirmou ter havido algo que piorou a sua situação.

As alterações ao nível do rendimento estão subjacentes a ambos os tipos de mudança, embora de forma mais evidente na mudança para pior. Para a melhoria da situação ganha especial importância, quer absoluta, quer comparativamente, as mudanças ao nível do agregado, que se traduzem, na maior parte dos casos, na constituição de um agregado próprio decorrente do casamento.

Gráfico Nº 21 - Acontecimentos que alteraram as condições de vida nos cinco anos anteriores ao questionário, segundo o sentido da alteração



Quanto ao futuro, apenas 39% revelou confiança na melhoria, sendo os trabalhadores por conta própria os mais optimistas, antecipando, talvez, uma

primeira, referente à potencial menor capacidade de alteração da situação por parte de um agregado com (pelo menos) um elemento inactivo. Uma segunda, já explorada em termos científicos (Perista, H., A feminização da pobreza e a inclusão social numa perspectiva feminista, comunicação apresentada ao 2º Seminário da UMAR sobre o Movimento Feminista "Os feminismos do nosso tempo", Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 5-6 de Abril de 2003), indicativa de que a repartição de rendimento dentro de um mesmo agregado nem sempre é equitativa.

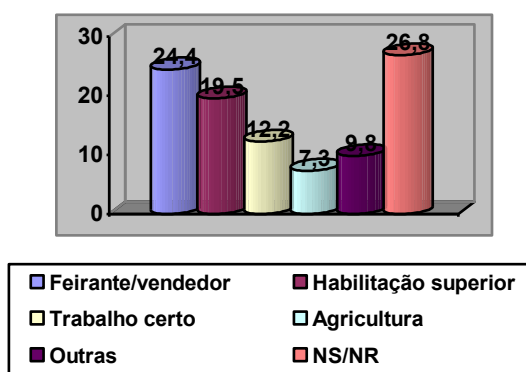


linha de continuidade na melhoria das suas condições. 29.3% optou por não se pronunciar a este respeito, refugiando-se na opção “não sei”, tantos quantos os que consideraram que a sua vida não se vai alterar significativamente. Mais uma vez, foram as domésticas que mais optaram por este tipo de posicionamento.

Para dois em cada três respondentes confiantes na melhoria da vida, isso será atingido através do trabalho: “vou trabalhar para criar os meus filhos”; “vou trabalhar muito mais”; “lutar pela vida é trabalhar”¹⁵. Para a esmagadora maioria (85.4%) da totalidade dos inquiridos o trabalho é, além do mais, a melhor forma de preparar um futuro melhor.

A escolaridade, por seu turno, foi apontada por apenas 9.8%, embora sejam duas vezes mais aqueles que gostariam de ter uma profissão que exige habilitação superior. São quase só as mulheres que se posicionam desta forma, expressando, sobretudo, o desejo de serem professoras. Um elemento importante que não deve deixar de ser assinalado diz respeito aos inquiridos que afirmaram apenas gostar de ter um trabalho certo e/ou ter sempre trabalho, inquiridos esses ligados à agricultura.

Gráfico N° 22 – Profissão desejada



A confiança na obtenção de um emprego na área profissional desejada está intimamente ligada à profissão mencionada. Assim, nenhum dos inquiridos que

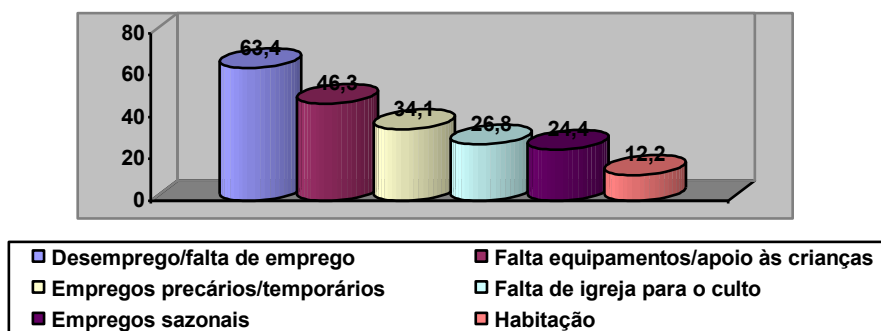
¹⁵ Deve, ainda, ser assinalado, porém, que, para duas jovens inquiridas a melhoria da sua vida passará por casarem e ter filhos.



mencionou profissões que exigem habilitação superior pensa conseguir vir a ter um emprego nessa área, enquanto que nas restantes categorias impera a confiança, à excepção de quem assumiu o desejo de ter sempre trabalho/ter um trabalho certo. A experiência da instabilidade em termos profissionais anteriormente mencionada faz com que 40% sintam que não vai conseguir concretizar o seu desejo, optando os restantes 60% por afirmar apenas não saber.

Essa instabilidade representa, além do mais, um dos principais problemas do concelho, expresso através do carácter precário, temporário e/ou sazonal dos empregos disponíveis. O desemprego/falta de emprego é, porém, sem dúvida, o problema mais identificado, tendo sido apontado por praticamente dois em cada três inquiridos.

Gráfico Nº 23 – Principais problemas do concelho



A falta de equipamentos/apoios às crianças e falta de uma igreja para o seu culto são, igualmente, problemas muito referidos, tendo-o sido, contudo, apenas na freguesia de Zebreira, enquanto que os restantes são transversais às três freguesias consideradas.

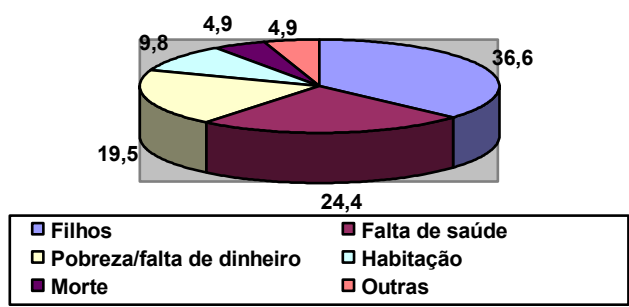
Outra variável com óbvias implicações na diferenciação das respostas a esta questão é a condição do respondente perante o trabalho. Efectivamente, se o desemprego/falta de emprego preocupa de igual forma trabalhadores por conta própria e por conta de outrem (71.4% de cada um destes grupos de inquiridos), sendo preocupação partilhada por pouco mais de metade das domésticas, o carácter precário/temporário e/ou sazonal dos empregos não é



particularmente evidente nos que trabalham por conta própria, obviamente resguardados deste fenómeno. Constituem, isso sim, foco de preocupação para os que trabalham por conta de outrem - sobretudo a precariedade/temporariedade - e para as domésticas - sobretudo a sazonalidade. Este último resultado permite, além do mais, inferir¹⁶ relativamente às transições destas inquiridas entre a inactividade e o trabalho por conta de outrem na agricultura, ao sabor da sazonalidade que caracteriza esta actividade no concelho.

Apesar destes resultados, o emprego/desemprego não foi nunca assinalado, de forma directa, como a principal preocupação dos inquiridos, preocupado, sobretudo, com duas outras questões. Uma delas, a falta de saúde, transversal a largos estratos da população, a outra, a preocupação com os filhos, extremamente visível sempre que se trata de questionamentos a população cigana (vide Cardoso et al, idem).

Gráfico N° 24 – Principal preocupação

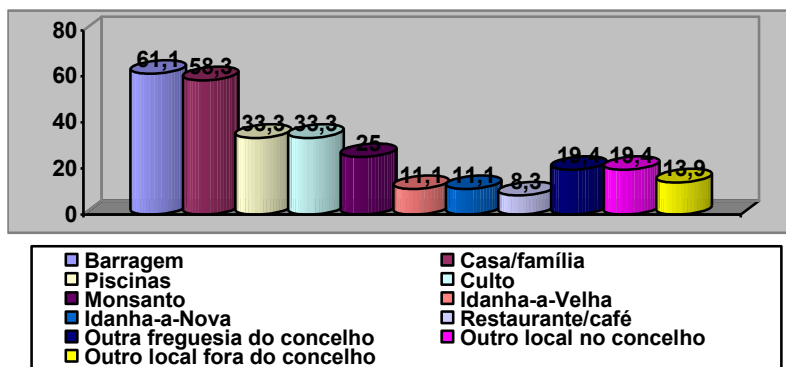


Questionados acerca dos locais onde seria levado um amigo estrangeiro que estivesse de visita a Portugal, deve ser notado que apenas 13.9% referiram algum local fora do concelho. Simultaneamente, foram registadas respostas que, mais do que de carácter local, remetem para uma dimensão pessoal, de onde se destaca o facto de mais de metade dos inquiridos ter referido a sua própria casa ou a de familiares como um dos locais a visitar.

¹⁶ Em conjunto com dados anteriormente explorados acerca das domésticas.



Gráfico Nº 25 – Locais onde seria levado um amigo estrangeiro de visita



3. A (In)Segurança do (no) Desemprego

A exclusão face ao direito ao emprego, ou numa perspectiva mais ampla, ao trabalho, tem sido uma das questões centrais no debate sobre a exclusão social. Tal exclusão ultrapassa hoje a vertente mais fácil de identificar, e também a mais visível, que é a do desemprego mas contempla as dimensões da ausência de qualidade no emprego, que passam pelo baixo nível de remunerações, pela precariedade ou inexistência de vínculos contratuais, pela sazonalidade e pela clandestinidade de determinadas actividades profissionais, bem como pelas enormes desigualdades que caracterizam o sistema de remunerações e que afectam, em particular, as mulheres e os estratos escolar e profissionalmente menos qualificados.

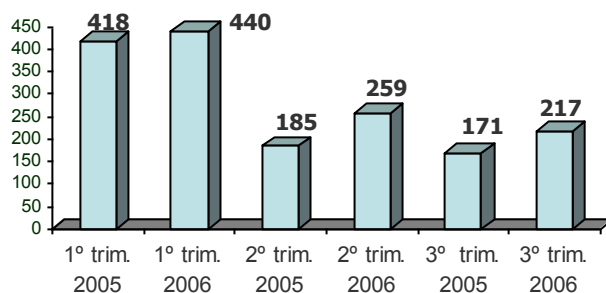
A exclusão face ao direito ao emprego é, em si mesmo, uma dimensão da exclusão social e é, também, um factor potenciador de outras dimensões dessa mesma exclusão e inibidor da qualidade social. Repare-se que o emprego, ou o desempenho de uma actividade profissional remunerada, representa, para a maior parte das famílias, a principal fonte de rendimentos. Ter um emprego / uma profissão é, pese embora todas as transformações sociais ter acesso a um determinado estatuto que, geralmente, se assume como uma referência social muito importante.



Desemprego Registado ao Nível Local

Tendo em conta o 3º trimestre de 2006, o número de desempregados/as regista valores mais elevados por comparação com o período homólogo de 2006, embora o último ano tenha, em geral, apresentado valores mais baixos do que no ano anterior.

Gráfico Nº 26 – Número de pessoas desempregadas no Concelho de Idanha-a-Nova

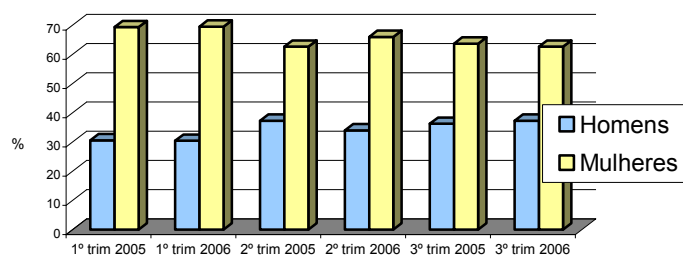


1º, 2º e 3º trimestres de 2005 e 2006

Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos

Tendo em conta o número de desempregados/as por sexo, verifica-se que a proporção de mulheres desempregadas é bastante superior à de homens. Esta tendência tem-se mantido ao longo dos diferentes trimestres, apresentando, apenas, algumas oscilações. Tendo em conta o terceiro trimestre disponível de 2006, verifica-se uma ligeira descida do desemprego feminino tendo em conta o período homólogo. Apesar disso, a percentagem de mulheres desempregadas no Concelho de Idanha-a-Nova continua a ser bastante superior face aos homens.

Gráfico Nº 27 – Pessoas desempregadas no Concelho de Idanha-a-Nova, segundo o sexo



1º, 2º e 3º trimestres de 2005 e 2006

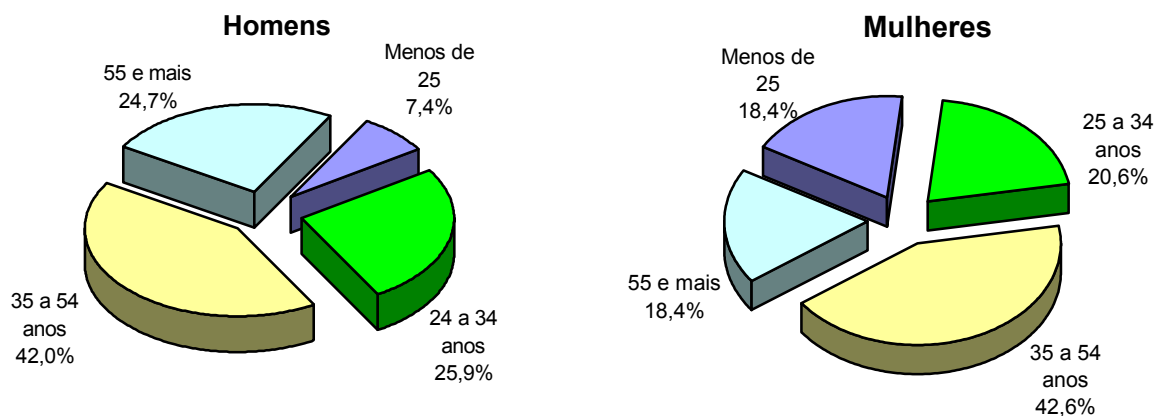
Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos

O desemprego feminino é, em Idanha-a-Nova, um desemprego mais jovem do que o apresentado pelo sexo masculino. Com efeito, no 3º semestre de 2006, verifica-se entre as mulheres desempregadas, uma maior percentagem do grupo das menores de 25 anos, com 18.4% de mulheres naquela faixa, enquanto que a percentagem de homens, nesse mesmo grupo de idades, é de 7.4%.

Por outro lado, os homens desempregados com mais de 55 anos representam 24.7%, enquanto que as mulheres inscritas no Centro de Emprego naquela mesma faixa etária são 18.4%.

A faixa etária dos 35 aos 54 anos é a apresenta a percentagem mais equilibrada entre ambos os sexos, ou seja, na casa dos 42%.

Gráfico Nº 28 – Pessoas desempregadas no Concelho de Idanha-a-Nova, segundo o sexo e grupo etário – 3º trimestre de 2006



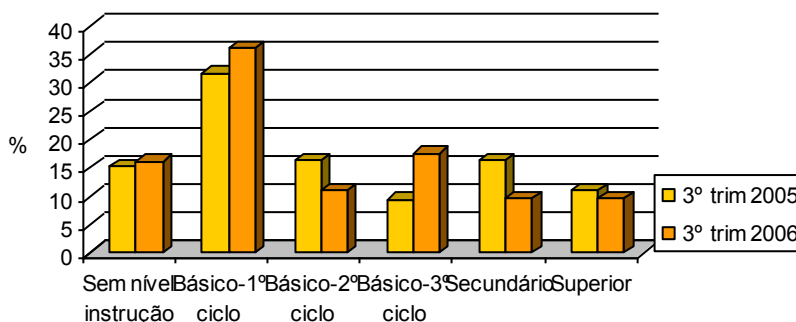
Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos

Tendo em conta as pessoas desempregadas segundo o nível de instrução, verificamos que entre o 3º trimestre de 2005 e 2006 se registou um aumento do desemprego entre a população com níveis escolaridade ao nível do 1º ciclo e sem qualquer grau de ensino. No entanto, foram os/as desempregados/as



com o 3º ciclo que registaram maior crescimento entre o 3º trimestre de 2005 e 2006. Os/as mais escolarizados/as foram os/as que maior diminuição apresentaram, em termos do número de desempregados/as.

Gráfico Nº 29 – Pessoas desempregadas no Concelho de Idanha-a-Nova, segundo o nível de instrução – 3º trimestre de 2005 e 2006

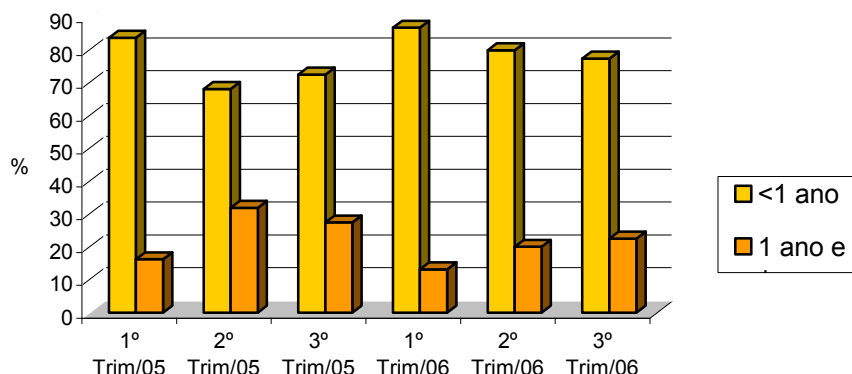


Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos

O desemprego em Idanha-a-Nova é, sobretudo, um desemprego recente. Segundo os dados disponíveis para os três primeiros trimestres de 2005 e 2006, é possível concluir que o número de pessoas desempregadas há menos de um ano é largamente superior face aos restantes. Essa tendência tem, aliás, vindo a consolidar-se uma vez que em 2006 esse número aumentou consideravelmente face a 2005. Os primeiros trimestres em ambos os anos são os que apresentam maior número de pessoas desempregadas com menos de um ano de inscrição. Embora a partir do 2º trimestre de 2006 o desemprego recente tenda a diminuir, continua, no entanto, a registar valores bastante superiores face ao desemprego de longa duração.



Gráfico Nº 30 – Pessoas desempregadas no Concelho de Idanha-a-Nova, segundo o tempo de inscrição – 1º, 2º e 3º trimestres de 2005 e 2006



Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos

Movimentos nos Centros de Emprego – colocações e ofertas

Quanto às ofertas de emprego recebidas, verificamos que os primeiros trimestres, quer de 2005, quer de 2006, apresentam um número muito reduzido de ofertas, por comparação aos restantes períodos.

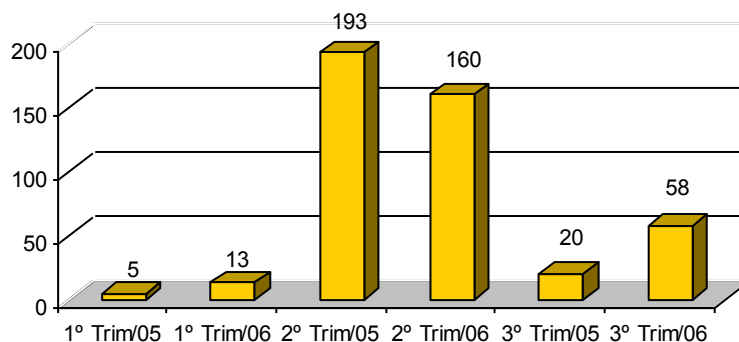
O 2º trimestre, em ambos os anos considerados, registou um aumento exponencial do número de ofertas. Em 2005, 87% das ofertas são de pedidos de emprego na CNP "Agricultores e trabalhadores qualificados da Policultura, Criação e Tratamento de animais", sendo de 75% para o mesmo período de 2006. Na maior parte dos casos, tratam-se de profissões que requerem pouca qualificação.

De uma maneira geral, o número de ofertas tem aumento em 2006, excepção feita ao 2º trimestre de 2005 que apresentou mais 20% de ofertas.



Gráfico Nº 31 – Ofertas recebidas por CNP, no concelho de Idanha-a-Nova

1º, 2º e 3º trimestres de 2005 e 2006



Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos

À semelhança do que ocorreu ao nível das ofertas, o maior número de colocações, em 2005 e 2006, ocorre nos 2º trimestres. Também neste caso, o ano de 2005 apresenta o maior número de colocações. Nos restantes trimestres, 2006 apresenta valores superiores.

Em ambos os anos o maior número de colocações coincide com os sectores que apresentam, igualmente, maior oferta, ou seja, "Agricultores e trabalhadores qualificados da Policultura, Criação e Tratamento de animais", havendo também colocações em actividades para as quais não se registou oferta no período em análise. Estas colocações são, no entanto, em menor número.

De uma maneira geral, em ambos os anos, o número de sectores em que ocorreu colocação é superior e mais variado do que os que constam das ofertas (ex: no 3º trimestre de 2006 existiram colocações no sector de "Pedreiros e calceteiros" embora, nesse mesmo período não se tenha registado qualquer oferta neste sector).

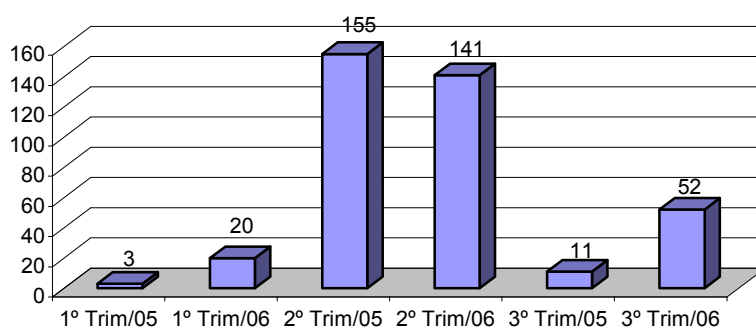
Outro aspecto a ter em conta é a superioridade nas mulheres no total de colocações. Este facto está, naturalmente, relacionado com o número elevado de mulheres desempregadas. À excepção do 1º trimestre de 2005, todos os restantes trimestres de 2005 e 2006 apresentam colocações em maior



número no caso das mulheres. A título de exemplo, no 3º trimestre de 2006 ocorreram cinco vezes mais colocações de mulheres desempregadas do que homens. Os sectores que “absorvem” mais mão-de-obra feminina são também “Agricultores e trabalhadores qualificados da Policultura, Criação e Tratamento de animais” e “Pessoal de Limpeza de Escritórios, Hotéis e trabalhadores similares”.

Gráfico N° 32 – Número de pessoas desempregadas colocadas, no Concelho de Idanha-a-Nova

1º, 2º e 3º trimestres de 2005 e 2006



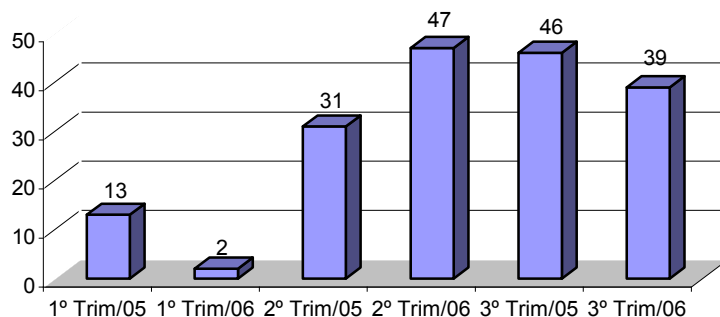
Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos

Apesar do número de colocações ter aumentado em 2006 por comparação a 2005, à excepção do 2º trimestre, e do aumento do desemprego, no final de cada trimestre existem ofertas ainda por satisfazer. Os trimestres que registam maior número de ofertas por satisfazer foram os 2º e 3º trimestres em ambos os anos, sendo que em a 2005 ressalta o 3º trimestre e a 2006, o 2º trimestre.



Gráfico Nº 33 – Ofertas que permaneciam por satisfazer, por CNP, no Concelho de Idanha-a-Nova

1º, 2º e 3º trimestres de 2005 e 2006



Fonte: IEFP – Direcção de Serviços de Estudos

A Situação de Desemprego das/os Entrevistados/as

A quase a totalidade das pessoas desempregadas entrevistadas (32, o que corresponde a 88.9%), encontram-se a procura de um novo emprego. Sendo a maioria do sexo feminino (59.4%) e 40.6% do sexo masculino. Em relação a idade das pessoas a procura de um novo emprego, não se verifica particular incidência numa faixa etária. Apenas referir que, o entrevistado desempregado com mais idade tem 59 e a mulher desempregada entrevistada tem 57 anos de idade.

Das pessoas entrevistadas, apenas mulheres estão a procura do primeiro emprego (4), das quais, três têm idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos e uma com 55 anos de idade.

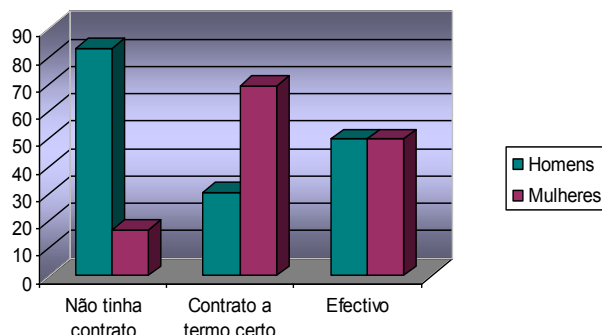
Uma significativa parte (37.5%) das pessoas desempregadas começou a trabalhar muito cedo, tinham idades entre os 12 e os 14 anos de idade sendo a maioria do sexo masculino. Tendo como referência os 17 anos de idade, a percentagem é ainda maior 65.6%, o que significa que apenas 34.4% das pessoas entrevistadas começou a trabalhar com 18 ou mais anos. De salientar que as mulheres se destacam nesta categoria, uma das entrevistadas entrou no mercado de trabalho com 44 anos de idade.



Relativamente ao tempo de desemprego, a maioria das pessoas entrevistadas (62.5% - 20 pessoas) está desempregada a menos de um ano. Dos desempregados de longa duração (mais de um ano de desemprego), refira-se que 4 dos 12 estão em situação de desemprego há mais de 4 anos. 43.8% (14) das pessoas em situação de desemprego recente são do sexo feminino, os homens são os que se encontram há mais tempo desempregados.

Quanto ao tipo de vínculo contratual mantido, quando empregadas, a quase totalidade 74.2% (23) das pessoas desempregadas tinha um contrato a termo certo, 19.4% (6) não tinha qualquer contrato escrito e 6.5% (2) estavam efectivas. Neste ponto o desemprego masculino caracteriza-se pela maior precariedade laboral, das 5 pessoas desempregadas e sem qualquer tipo de contrato, 4 em 5 eram homens.

Gráfico N° 34 – Tipo de vínculo contratual – Pessoas desempregadas por sexo (%)



Os motivos do desemprego prendem-se na maioria, ao fim do contrato de trabalho. No entanto, 6 pessoas foram alvo de despedimento e 6 despediram-se. De entre as causas, para o despedimento foram assinalados factores de ordem pessoal como a falta de assiduidade /pontualidade e questões relacionadas com a entidade empregadora como a reestruturação da empresa e a mudança de administração. As pessoas que se despediram identificaram motivos de saúde, necessidade de cuidar de idosos/dependentes, más condições e mau ambiente de trabalho e não gostarem do mesmo.

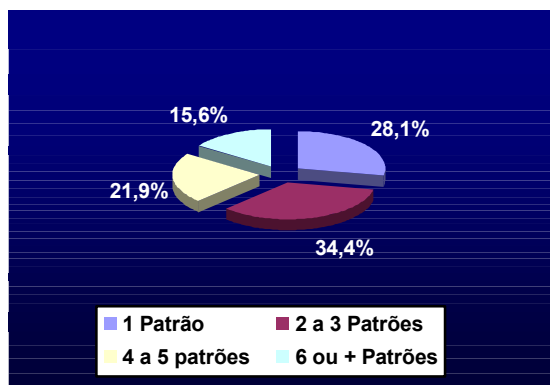


Das 36 pessoas desempregadas 15 delas estão a receber o subsídio de desemprego. Os motivos pelos quais as restantes, não têm acesso ao subsídio, prendem-se ao facto de não terem direito uma vez que não tinham contrato de trabalho; por não terem descontado o tempo suficiente. A justificação mais assinalada é a de que o tempo de atribuição já terminou, recorde-se que uma das características das pessoas entrevistadas é a de serem desempregados/as de longa duração.

Rotatividade no Emprego

Note-se que, entre as pessoas entrevistas mais de metade (71.9%) já tinha tido mais do que um patrão: a média de patrões foi de 3.7, por pessoa.

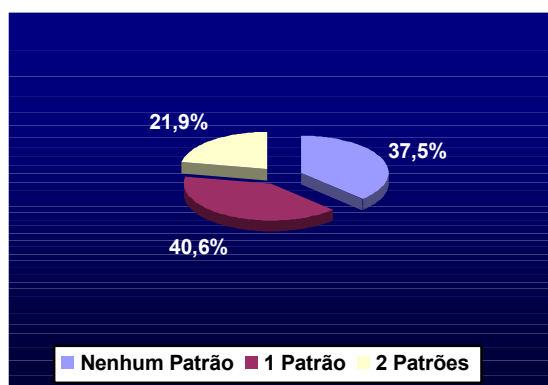
Gráfico N° 35 – Patrões ao longo da vida (%)



Tendo como referência os últimos dois anos, verifica-se uma diminuição considerável no n.º de diferentes patrões. As pessoas entrevistadas tiveram no máximo 2 patrões durante o período em questão. Note-se que 37.5% não tiveram, neste período, nenhum patrão, a elevada percentagem corresponde a 12 pessoas, as quais desempregadas de longa duração.



Gráfico Nº 36 – Patrões nos últimos 2 anos (%)



Ainda que muito ténue verifica-se que são as mulheres que apresentam uma maior rotatividade entre empregos, quer ao longo da vida quer nos últimos 2 anos. Das pessoas desempregadas com mais de 4 patrões ao longo da vida 5 são homens e 7 são mulheres, a mesma tendência é verificada tendo como referência os últimos dois anos, 2 homens com dois patrões e 5 mulheres. Em relação a idade, quer os homens quer as mulheres apresentam uma maior rotatividade entre patrões/empregos entre os 30 e os 44 anos de idade.

Em relação as actividades exercidas nos últimos dois anos, verifica-se que quase a totalidade (70.6%) esteve empregada na cultura do tabaco as restantes exerceram actividade diversas como por exemplo, na área das limpezas e comércio. Quanto ao tempo de permanência nesta actividade, mais da maioria 58.8%, exercia durante 6 meses. Apenas 2 pessoas tiveram uma permanência igual ou superior a um ano, nos últimos patrões para quem prestaram trabalho.

As razões mais referidas pelos/as entrevistados/as para a rotatividade entre patrões apontam, na sua maioria para “fim da época da plantação/cultura do tabaco – fim do contrato de trabalho” e uma reestruturação da empresa.

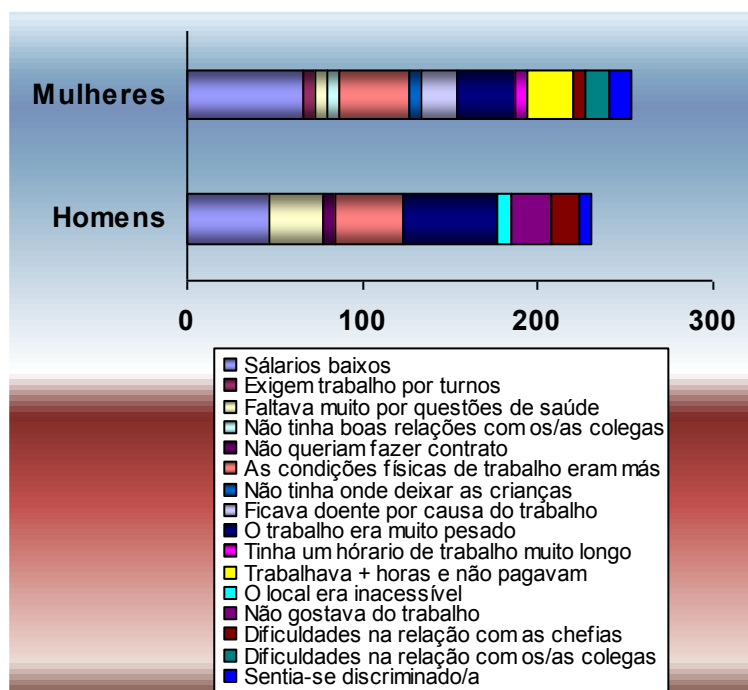
Relativamente as dificuldades sentidas quando estavam a trabalhar, as pessoas entrevistadas salientam, as “más condições laborais”, que se traduzem, em: salários baixos; trabalho por turnos; horas não pagas; mau



ambiente/dificuldades de relacionamento com as chefias e com os/as colegas; etc. Também foram assinalados factores de ordem pessoal como o facto de sentirem ser alvo de discriminação entre outras. Os problemas identificados pelas pessoas desempregadas quando estavam trabalhar tocam todas as faixas etárias em análise, sem nenhuma incidência em particular.

No gráfico seguinte podemos analisar, o tipo de dificuldades apresentadas pelas pessoas desempregadas segundo o sexo. É possível verificar que a questão dos baixos salários é o problema mais identificado quer por homens e mulheres, assim como as más condições físicas de trabalho, o trabalho pesado e o trabalho por turnos, a questão da discriminação também é assinalada.

Gráfico N° 37 – Principal dificuldade que sentiu quando esteve a trabalhar (%)



Nesta análise por sexo, é de salientar que determinados problemas foram apenas assinalados por mulheres e outros somente por homens. O facto de não ter onde deixar as crianças, o ficar doente por causa do trabalho, o não pagamento das horas extraordinárias, o longo horário de trabalho e as dificuldades de relacionamento com os/as colegas, foram problemas sentidos apenas pelas mulheres entrevistadas. Por outro lado, apenas os homens assinalaram: a falta de contrato de trabalho, a inacessibilidade do local de



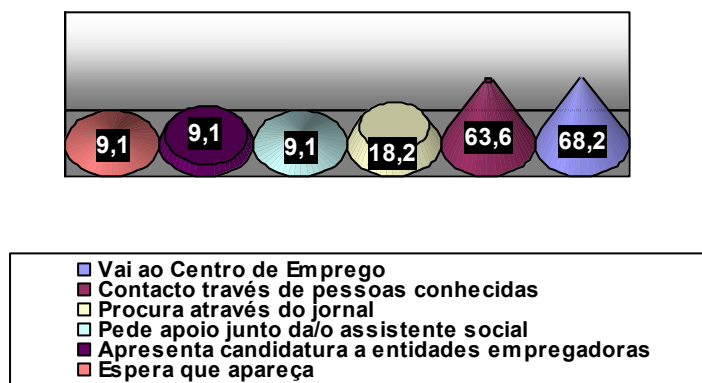
trabalho, o não gostar do que fazia e as dificuldades de relacionamento com as chefias.

A Procura de Emprego

Das 36 pessoas desempregada, 22 (61.1%) estão a procura de emprego as 14 restantes não têm procurado emprego. De entre as mulheres que mais investem na procura de emprego estão as com idade inferior a 30 anos (46,7%).

Em relação aos meios utilizados para procurar emprego, os elementos do público-alvo entrevistados/as, preferem ir ao Centro de Emprego e utilizar os seus conhecimentos próprios, para conseguir um emprego. Os jornais são também uma escolha considerada por 18,2% das pessoas entrevistadas.

Gráfico N° 38 – Principais métodos de procura de emprego por parte da população entrevistada (%)



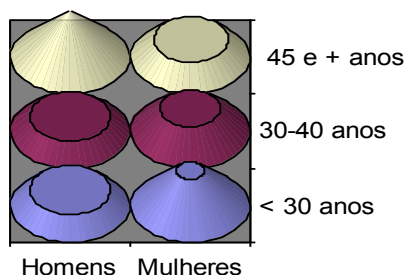
É de realçar que o público-alvo refere o “Espera que apareça” como um método de procura de emprego, ainda que, este seja pouco significativo (2 pessoas).



Dificuldades na Procura de Emprego

Das 22 pessoas que têm investido na procura de emprego, grande parte (18 o equivalente a 81.8%) têm encontrado dificuldades nessa procura. Esta dificuldade é visivelmente mais sentida pelas mulheres, sendo que estas representam quase totalidade (13 em 22). São as mulheres com idade inferior a 30 anos que mais sentem dificuldades na procura de emprego, em contrapartida é nos homens com mais de 45 anos que está dificuldade é mais sentida.

Gráfico Nº 39 – Dificuldades na procura de emprego – por sexo e idade (%)



Quando solicitado às pessoas entrevistadas que identificassem as dificuldades encontradas na procura de emprego, tendo em conta o grau de importância, é possível verificar que a insuficiência de ofertas de emprego é assinalada com grau 1 de importância por 61,1% das pessoas. O mesmo se verifica quando analisado o conjunto das três respostas, a falta de ofertas suficientes é problema mais identificado, por elementos pertencentes a todas as faixas etárias em análise.

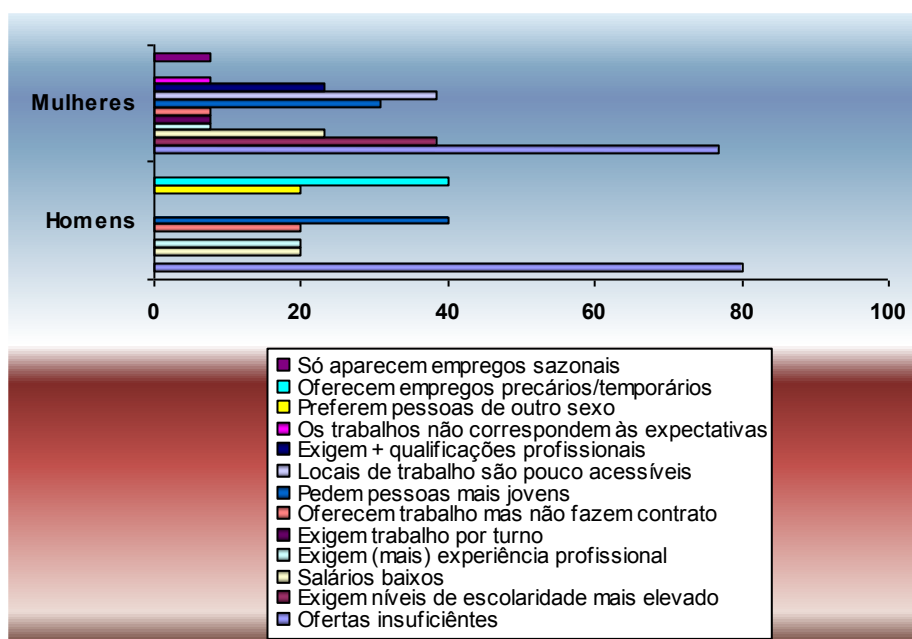
Olhando para o gráfico seguinte é possível verificar que, existem problemas identificados exclusivamente por homens e outros exclusivamente por mulheres. A título exemplificativo, a inacessibilidade dos locais de trabalho é uma dificuldade sentida por 5 das 10 mulheres na procura de emprego. Assim como, o trabalho por turnos, a exigência de níveis de escolaridade mais elevados e mais qualificações. É necessário lembrar que a maioria das pessoas entrevistadas (61.1%) não tem sequer a escolaridade obrigatória,



facto é que, apenas as mulheres o sentem como um obstáculo à sua inserção no mercado de trabalho. Foram ainda identificadas, outras dificuldades, por duas entrevistadas: - “Sente que os patrões preferem a mão-de-obra dos emigrantes porque pagam salários baixos” e “ Não empregam grávidas”.

Somente os homens assinalam, como dificuldade na procura de emprego, a oferta de trabalho precários/temporário e o facto de preferirem mulheres. Dentro das outras dificuldades identificadas, o “pouco conhecimento da zona onde reside” foi assinalado, por um entrevistado, como sendo um obstáculo na procura de emprego.

Gráfico N° 40 – Principal dificuldade que sente na procura de emprego (%)

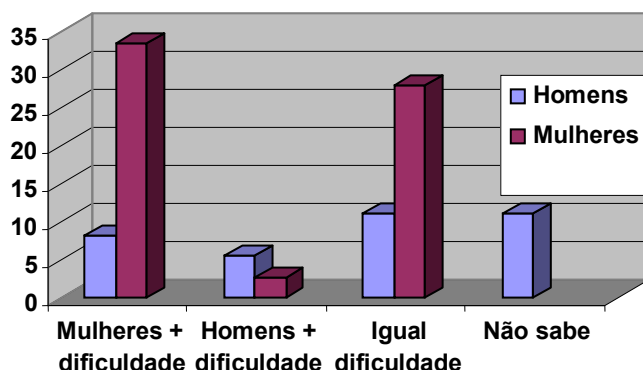


Para uma grande parte das pessoas entrevistadas (41.7%), as mulheres têm mais dificuldades de inserção no mercado de trabalho do que os homens. Deste grupo 33.3%, são mulheres, em que mais da maioria tem idade inferior a 30 anos.

É também relevante que, 38.9% das pessoas entrevistadas partilhe da opinião de que os homens têm as mesmas dificuldades do que as mulheres e 8.3%, ache que são os homens os que enfrentam maiores dificuldades.



Gráfico N° 41 – Percepção subjectiva das dificuldades em conseguir emprego segundo o sexo – Perspectiva dos homens e das mulheres (%)



As razões que explicam tais dificuldades acrescidas para as mulheres, prendem-se, com: a maternidade, com as características da oferta de emprego no concelho e com a ideia de profissões tipicamente masculinas. No quadro seguinte estão expostas as razões, em discurso directo apresentadas pelas pessoas entrevistadas.

Quadro N° 2 – Percepção subjectiva das principais dificuldades na inserção no mercado de trabalho segundo o sexo (%)

As mulheres têm mais dificuldades	Homens e mulheres têm as mesmas dificuldades	Os homens têm mais dificuldades
➤ “Devido as licenças de maternidade”. (M)	➤ “A falta de emprego tanto atinge homens como mulheres”. (H)	➤ “A mulher na agricultura sempre tem trabalho, enquanto homem não”. (Homem)
➤ “Os patrões preferem os homens porque faltam menos”. (M)	➤ “Não existem diferenças os homens e as mulheres sofrem o mesmo problema”. (M)	➤ “As mulheres têm um leque mais variado na opção de escolha. Os homens só encontram emprego na construção civil”. (Homem)
➤ “Os homens são melhor aceites nomeadamente na construção	➤ “Não há trabalho para ambos os sexos”. (M)	



civil que é onde há mais empregos na nossa zona”. (M)		
➤ O machismo o homem sabe tudo e as mulheres não sabem nada, discriminação”. (M)	➤ “Neste momento está mau para todos”. (Homem)
➤ “Os homens sujeitam-se mais a qualquer tipo de emprego enquanto que a mulher é mais selectiva”. (M)	➤ “Não há trabalho, assim as dificuldades tanto são para os homens como para as mulheres”. (Mulher)
➤ “Os homens têm sempre a construção civil e é um emprego em que raramente aceitam mulheres”. (M)	
➤ “Os trabalhos existentes exigem esforço físico e os homens estão mais preparados para os desempenhar”. (M)		
➤ “Há trabalhos que só os homens conseguem realizar”. (M)		
➤ “Os homens têm mais variedade de trabalhos que exigem mais esforço físico e que as mulheres não conseguem desempenhar”. (M)		
➤ “Há mais empregos para homens”. (H)		
➤ “Porque os trabalhos que oferecem têm preferência pelos homens”. (M)		
➤ “São melhores aceites em qualquer emprego”. (M)		
➤ “Preferem os homens porque são mais responsáveis”. (H)		



A percepção das pessoas entrevistadas, relativamente aos factores mais importantes para conseguir emprego, reflectem, de certa forma, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho identificadas pelas mesmas. O facto de as entidades empregadoras exigirem, mais experiência e qualificação profissional assim como, mais habilitações foram obstáculos identificados pelas pessoas desempregadas na procura de emprego.

Não existem diferenças significativas, quanto a valorização destes aspectos por homens e mulheres. Somente, em relação às habilitações é de realçar que entre as 10 pessoas que hierarquizaram este item como o mais importante, 9 são mulheres, mais uma a repercussão das baixas habilitações é mais espelhada pelas mulheres.

Quadro Nº 3 – Percepção subjectiva do que é mais importante para conseguir emprego – valores médios

O mais e o menos importante para conseguir emprego	
4 = Mais importante – 1= Menos importante	
Média¹⁷	
Experiência de trabalho	2.9
As habilitações que se têm	2.8
Formação profissional	2.2
Conhecer as pessoas certas	2.0

Facto que se confirma quando analisadas as respostas a questão – “Alguma vez sentiu que as habilitações que tem dificultaram ou impediram de arranjar um trabalho”? – 83.% das respostas afirmativas foram dadas por mulheres (15 em 18 pessoas).

¹⁷ Quanto mais afastado da 1 mais importância tem o item.

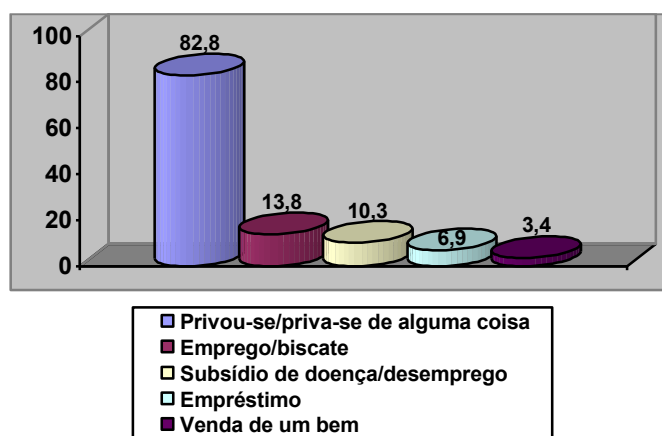


Quando analisado o sentido em que as habilitações literárias influenciaram a obtenção de um trabalho, verifica-se que, mais uma vez, são as mulheres que mais assinalam o facto de possuírem habilitações a menos do exigido. No total de 14 pessoas 13 são mulheres. Também, o possuir habilitações a mais foi assinalado por um entrevistado e duas entrevistadas, todos/as com idades superior a 45 anos. O já ter passado por ambas as situações, ter habilitações a mais e a menos foi assinalada por um entrevistado.

Repercussões da Situação de Desemprego na Gestão Familiar

A situação de desemprego, em termos de dinheiro disponível para fazer face a gestão familiar, afectou em 80.6% das pessoas entrevistadas, das quais 65.5% são mulheres. Relativamente, às formas encontradas para ultrapassar as dificuldades financeiras verifica-se que, a solução mais assinalada pelas pessoas entrevistadas passa pela privação de alguma coisa. Das 24 pessoas que recorrem à esta alternativa 17 são mulheres. Arranjar um biscate é a solução apontada por 4 entrevistados (2 homens e duas mulheres). O subsídio de desemprego/doença é também um dos meios assinalados por 3 das pessoas entrevistadas (um homem e duas mulheres).

Gráfico N° 42 – Formas de ultrapassar as repercussões do desemprego em termos financeiros – Mulheres e Homens (%)

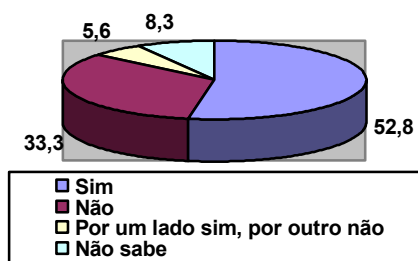


Ainda sobre as repercussões do desemprego, foi questionado às pessoas entrevistadas se nos últimos 12 meses, sentiram ser, alvo de discriminação - "posto/a à parte" por estarem em situação de desemprego. A quase totalidade das pessoas (86.1%) respondeu negativamente, no entanto 13.9% (5 pessoas) respondeu afirmativamente. Note-se que, a maioria destas pessoas (3) têm idade superior aos 45 anos.

Satisfação Residencial

A grande maioria das pessoas entrevistadas afirma estar satisfeita com o local onde reside, havendo mesmo metade que atribui a classificação máxima (58.3% atribui grau de satisfação 4 numa escala crescente). Porém, quando questionados/as sobre se gostaria que os seus descendentes (existentes ou hipotéticos) vivessem no mesmo local, uma grande parte não responde categoricamente de forma positiva.

Gráfico N° 43 – Percepção da população entrevistada sobre se gostaria que os seus descendentes (existentes ou hipotéticos) vivessem no mesmo local – (%)



Os factores apresentados para justificar esta opção de carácter negativo, prendem-se sobretudo com a falta de equipamentos, comércio e/ou serviços no local de residência, referida por 78.6% das pessoas entrevistadas e a insuficiente oferta de empregos (42.9%). As respostas de carácter positivo estão relacionadas com características do local de residência como o sossego/calma (45%), um local bonito e/ou agradável (45%) e também com o sentimento de pertença e relação afectiva com o local.

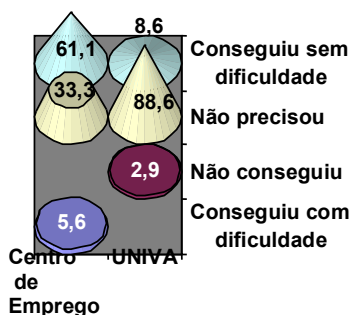


O Acesso aos Serviços de Emprego

Tratando-se de uma população desempregada é de salientar que as dificuldades de acesso aos serviços de emprego¹⁸ não têm uma grande expressividade.

Mais da maioria das pessoas desempregadas entrevistadas (61.1%), afirmou não ter tido dificuldades de acesso ao Centro de Emprego. De referir que 33.3%, afirmou não ter tido necessidade de aceder ao referido serviço. Relativamente ao acesso à UNIVA a percentagem aumenta consideravelmente (88.6%).

Gráfico N° 44 – Acesso aos serviços de emprego – (%)



A expressividade da sinalização da opção “não precisou” poderá justificar-se, por um lado pelo simples facto destas pessoas, não estarem a procura de emprego (9 em 12 pessoas – 6 mulheres e 3 homens) e por outro lado, pelos métodos preferenciais na procura de emprego destas pessoas, os quais não passam pelos serviços de emprego.

Quando questionadas sobre as dificuldades sentidas, nestes serviços, para candidatar-se a um emprego, 30.6% (11) das pessoas entrevistadas afirmou que conseguiu sem dificuldade, 16.7% (6) conseguiu com dificuldade e 11.1%

¹⁸ Medido numa escala em que 1=muito satisfeito, 2=bastante satisfeito, 3=satisfeito e 4=pouco ou nada satisfeito.

(4) não teve sucesso. Das 6 pessoas entrevistadas que, apesar das dificuldades conseguiram candidatar-se a um emprego, a quase totalidade (5) são mulheres cujas habilitações variam entre o 1.º ciclo e o 12.º ano de escolaridade. Em relação as pessoas que não conseguiram candidatar-se a um emprego, mais uma vez a presença feminina é superior, 3 em quatro entrevistados são mulheres com habilitações muito baixas, apenas uma possui a escolaridade obrigatória.

De salientar que 41.7% (15) das pessoas desempregadas afirmou que, não precisou de candidatar-se a um emprego. Na tentativa de clarificar esta, não necessidade de candidatar-se a um emprego, foi realizada uma análise mais pormenorizada destas pessoas, da qual foi possível apurar que:

- destas 15 pessoas 9 não estão a procura de emprego (4 homens e 5 mulheres);
- das restantes 6 que procuram emprego, nenhuma delas recorre aos serviços de emprego, a metade recorre a pessoas conhecidas, duas pessoas pedem apoio junto da assistente social e uma procura através do jornal;
- 7 das pessoas têm idades superior a 45 anos.

As dificuldades sentidas no acesso aos serviços de emprego e a candidatar-se a uma vaga recaem, mais uma vez, sobre uma das características do mercado de trabalho - a insuficiência de ofertas de emprego. As baixas habilitações são também, uma das dificuldades, mais sentida no acesso aos serviços de emprego por parte das pessoas desempregadas. Também foram assinaladas dificuldades muito particulares como:

- *"Não quererem pessoas da Idanha"*.

- *"Sentiu porque para arranjar trabalho é necessário conhecer alguém"*.

Não obstante, a avaliação dos serviços de emprego, quer através do Centro de emprego quer através da UNIVA, são avaliados positivamente pela maioria das pessoas entrevistadas, quer a nível do atendimento, esclarecimento e capacidade de resposta. Note-se que relativamente, a capacidade de



resposta o grau de satisfação é menor (quanto mais perto do 4 menor, menor é a satisfação).

Quadro Nº 4 – Avaliação dos serviços de emprego – valores médios¹⁹

ITENS DE AVALIAÇÃO	CENTRO DE EMPREGO	UNIVA
Atendimento	2.5	2.2
Esclarecimento	2.5	2.3
Capacidade de resposta	2.7	2.5

Embora a avaliação efectuada, em que a maioria das pessoas entrevistadas afirma que os serviços são satisfatórios, são apresentadas sugestões para a melhoria dos serviços prestados:

- *"Deveriam dar mais trabalho e no subsídio de desemprego deveriam dar mais dinheiro"*.
- *"Arranjar mais trabalho"*.
- *"Mais ofertas de emprego e dar mais conselhos e ideias"*.
- *"Ser mais rápido ao atendimento ao público"*.
- *"Aumentar a capacidade de resposta aos problemas apresentados"*.

Identidades Locais

As pessoas entrevistadas foram questionadas sobre, onde levariam uma pessoa amiga estrangeira, que nunca veio a Portugal. Foi possível verificar que 51.4% dos indivíduos identificou o concelho da Idanha e locais específicos do mesmo. Locais tão familiares/particulares como a minha horta e o Centro de Dia. Os restantes indivíduos indicaram locais fora do concelho, ainda que a preferência recaia sobre locais muito próximos como Castelo Branco e a Serra

¹⁹ Medido numa escala em que 1=muito satisfeito, 2=bastante satisfeito, 3=satisfeito e 4=pouco ou nada satisfeito.



da Estrela. Lisboa, assim como, lugares existentes na capital, também constituíram escolha de algumas das pessoas entrevistadas.

Para a população entrevistada o desemprego e/ou a falta de emprego ocupa, indiscutivelmente, o lugar cimeiro no que respeita aos problemas do concelho, sendo identificado por 79.4% das pessoas desempregadas como o principal problema.

No conjunto dos principais problemas do concelho, verifica-se que é de facto o desemprego e/ou a falta de emprego o factor mais assinalado (94.1%). De seguida, o problema da desertificação reúne o consenso entre 41.2% das pessoas entrevistadas. A questão dos transportes e das más acessibilidades é também identificado como um dos principais problemas do concelho, também já identificado como uma das dificuldades sentidas pelas pessoas entrevistadas, quer quando estavam a procura de emprego quer quando estavam a trabalhar.

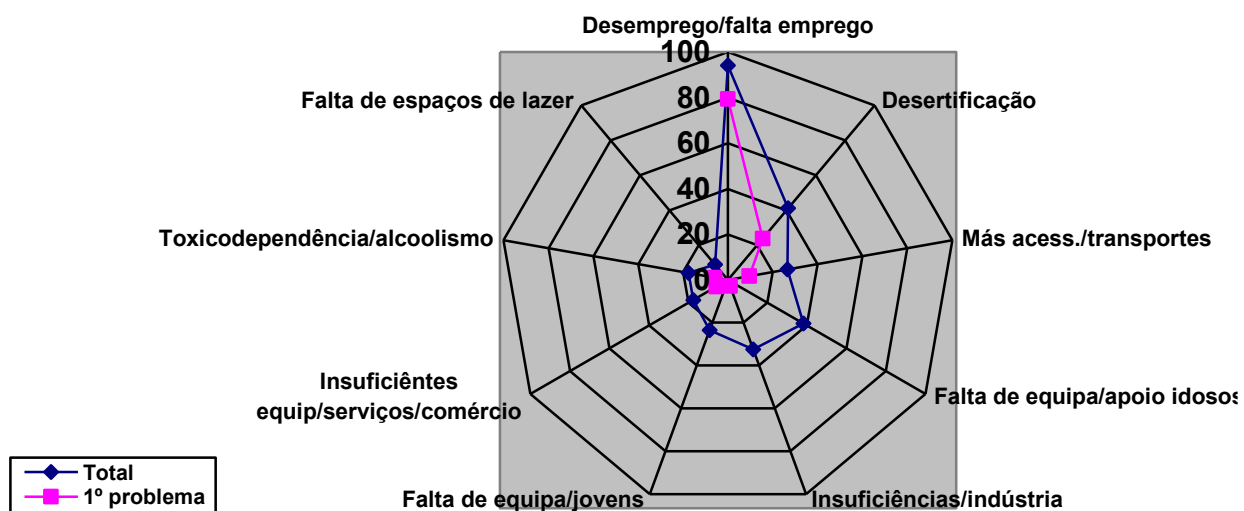
Os restantes problemas têm um factor em comum, a questão da insuficiência a nível:

- de equipamentos/apoio a idosos;
- de equipamentos/apoio aos jovens;
- de equipamentos/serviços/comércio;
- de espaços de lazer;
- da agricultura;
- da indústria

Uma jovem entrevistada referiu como principais problemas do concelho “*Discriminação e funcionamento por cunha*”.



Gráfico Nº 45 – Percepção sobre os problemas do concelho – (%)

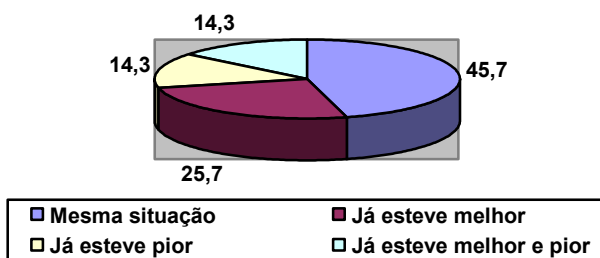


Perspectivas de Futuro

Relativamente à situação económica, a grande maioria 63.9% (23 pessoas em 36) identifica-se como "apenas remediado", um quarto da população entrevistada (9 pessoas) considera-se pobre e 8.3% (3 pessoas) afirma estar "relativamente bem".

A situação económica identificada é inalterável para 45.7% (16) das pessoas desempregadas, já para 25% (9 pessoas) a situação económica agravou-se, 14.3% (5) afirma já ter tido períodos mais negativos e para igual número de indivíduos a situação foi inconstante.

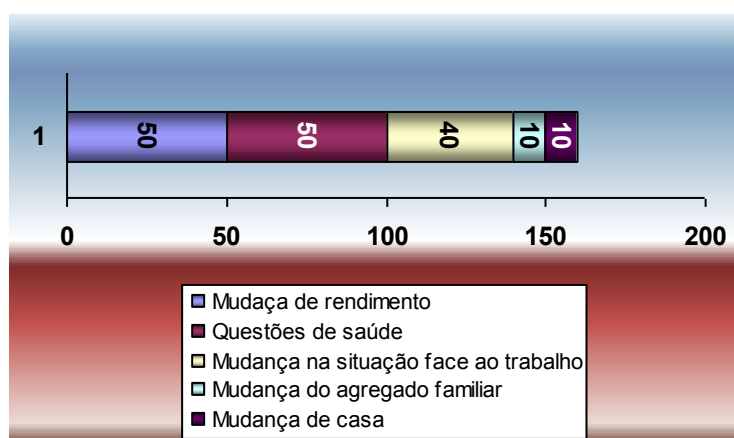
Gráfico Nº 46 – Percepção sobre a situação económica das pessoas desempregadas – (%)



Considerando apenas os últimos cinco anos é possível constatar que mais de um quarto das pessoas inquiridas afirma ter acontecido algo que piorou as suas condições de vida, valor que sobe consideravelmente, mais de metade, tendo em conta também aqueles que afirmam ter havido factores que pioraram e factores que melhoraram as condições de vida. Apenas dois indivíduos afirmam que as suas condições de vida melhoram, neste período.

As principais razões apontadas para o agravamento das condições de vida são, inegavelmente, a mudança de rendimento, a alteração da situação face ao emprego e as questões de saúde.

Gráfico Nº 47 – Motivos para o agravamento das condições de vida (%)



Relativamente ao futuro, cerca de um quarto dos respondentes acredita que a sua vida não se vai alterar grandemente.

As razões apontadas para a inalteração da situação actual, prende-se sobretudo à falta ou insuficiência de ofertas de trabalho e ao aumento do custo de vida.

- “Há pouco trabalho”.
- “Porque a está muito difícil e não há trabalho”.
- “Porque o que hoje em dia se ganha dá para pouco”.

As esperanças em arranjar um emprego são diminutas, o que se pode constatar com a justificação dada por uma jovem entrevistada “Não tenho grandes expectativas em relação às ofertas de trabalho”.



Não obstante, um quarto (9) das pessoas entrevistadas acredita que a sua vida vai melhorar. Este sentimento de esperança encontra-se, na quase totalidade dos indivíduos, na convicção de arranjar um emprego ou na opinião de um entrevistado simplesmente porque *“Uma pessoa espera sempre que melhore”*.

Em relação as estratégia para melhor as condições de vida, a maioria das pessoas entrevistadas pensa em investir na procura de emprego há também quem pense investir mais na sua formação:

- *“Arranjar emprego para haver dois ordenados para pagar as despesas”*.
- *“Procurara trabalho, responder a anúncios e candidatar-me a anúncios”*.
- *“Continuar a procura de emprego”*.

Para dois jovens entrevistados a estratégia passa por estabelecer-se por conta própria *“montar um negócio”*.

19.4% das pessoas entrevistadas tem uma visão mais negativa do futuro, pensam que a sua vida vai piorar, note-se que são todas mulheres. Este pessimismo, não é característico de uma determinada faixa etária, é referido por entrevistadas jovens e por entrevistadas com idade superior a 45 anos. No entanto, têm uma característica em comum, as baixas habilitações (apenas 3 das 7 possui a escolaridade obrigatória).

Relativamente, as razões para tal pessimismo, estas residem, para a quase totalidade das entrevistadas na falta de trabalho, com a excepção de uma que afirma ser *“Por causa do governo”*. Decorrente deste factor está, a diminuição do poder de compra *“Porque não há trabalho logo não há dinheiro para comprar coisas”*.

Quanto as estratégias para que as condições de vida, não piore, a maioria das entrevistadas refere a procura de emprego. Para uma das entrevistadas a

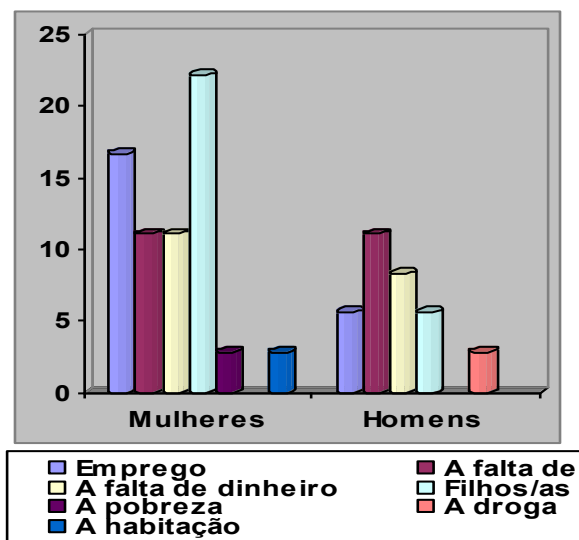


opção passa por “Evitar comprar coisas desnecessárias” e uma outra assinala o “Recorrer à assistente social”.

Para 30.6% das pessoas entrevistadas, o futuro é uma incógnita, afirmou não saber o que poderá acontecer.

Para as pessoas desempregadas entrevistadas, os filhos são a preocupação mais patente na sua vida, a qual é mais expressada pelas mulheres entrevistadas. Seguida da questão do emprego que também é mais sentido pelas entrevistadas e da falta de saúde e de dinheiro. Outras preocupações ocupam um lugar secundário, como os problemas relacionados com a droga, a pobreza e a habitação. Note-se, que existem problemas que somente foram assinalados por mulheres e outros por homens, como a maior das preocupações. Apenas as mulheres assinalaram problemas como a habitação e a pobreza e a questão da droga foi só assinalado por homens.

Gráfico Nº 48 – Maior preocupação na vida, segundo o sexo (%)



4. Abono Escolar e Desempoderamento

A Constituição da República Portuguesa (revisão de 1997) estabelece os direitos sociais básicos dos cidadãos no que respeita à educação, nos seus artigos 73º, 74º, 76º e 77º. De acordo com esta legislação fundamental, a educação surge como um direito universal, cabendo ao Estado a promoção da democratização da educação, bem como das demais condições que contribuam para a "igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância (...)" (Artigo 73º).

Nos termos da Constituição compete, ainda, ao Estado, nomeadamente, "Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito"; "Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar"; "Garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo".

Nas sociedades modernas ocidentais, sociedades de educação e de informação, por excelência, a escola assume um papel fundamental na vida dos indivíduos, sendo entendida como uma forma privilegiada de preparar o futuro.

O nível de instrução possuído é, cada vez, mais um dos factores que influencia a capacidade económica dos indivíduos. Como tal, possuir um baixo nível de instrução tem sido identificado como factor – causa / efeito - de pobreza.

Trabalhos desenvolvidos têm demonstrado que as habilitações escolares são o segundo factor diferenciador dos salários (a seguir ao nível de qualificação profissional) e explicativo das desigualdades salariais (vd. Farinha, 1999). Por outro lado, estudos sobre a pobreza em Portugal revelaram já que os agregados familiares representados por pessoas sem o ensino básico estavam sujeitos a "rendimentos muito baixos, a uma forte, e crescente, incidência da pobreza (19.03% em 1980 e 21.94% em 1989)" (Vasconcelos, 1993).



Sair da escola com um baixo nível de instrução tem, ainda, consequências no que diz respeito à capacidade de usar determinadas competências, tanto de cálculo como de produção de informação escrita, nas diversas solicitações da vida quotidiana (vd. Benavente, 1996). Este aspecto contribuirá, certamente, para os escolarmente menos instruídos se apresentarem, por vezes, como “cidadãos sem cidadania”. Num inquérito realizado sobre os “Direitos dos Cidadãos em Portugal”, são precisamente aqueles indivíduos, os que surgem como os mais “silenciosos”, ou seja, os que menos se “pronunciaram sobre questões que dizem respeito à sua própria vida e à vida colectiva do país” (Benavente, et al, 1997).

Deixar a Escola

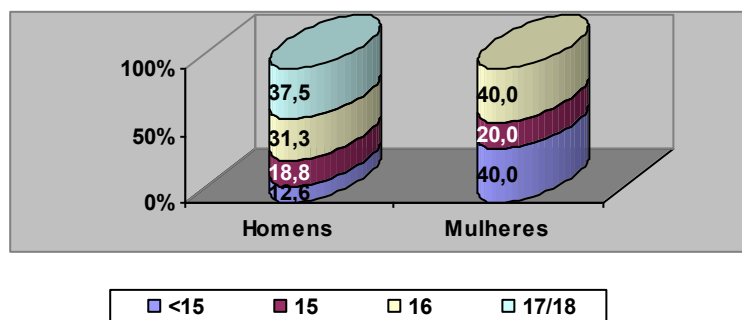
Os jovens seleccionados para a presente pesquisa tratavam-se de jovens que abandonaram a escola sem concluir o 9º ano de escolaridade. No entanto, deve ser realçado que mais de metade não concluiu sequer o 6º ano de escolaridade, havendo mesmo três respondentes (todas elas mulheres) que nem concluíram o 1º ciclo de quatro anos de escolaridade, o que resulta, obviamente, em habilitações literárias extremamente baixas.

Em média, os respondentes deixaram a escola com pouco mais de 15 anos, marcando, de forma precisa, a altura em que é atingida a escolaridade obrigatória²⁰ e a idade legal para trabalhar – cerca de um em cada cinco deixou a escola com 15 anos e cerca de um em cada três com 16 anos. Este valor esconde, porém, uma diferenciação por género: as inquiridas deixaram a escola com cerca de 14 anos e meio, face aos quase 16 anos registados para os inquiridos.

²⁰ Deve ser aqui clarificado que a escolaridade obrigatória, embora estando situada, presentemente, no 9º ano de escolaridade, inclui uma nuance importante. De facto, é também colocada uma tónica no número de anos que o/a aluno/a frequenta a escola, em articulação directa com a idade legal para trabalhar. Assim, a um aluno com 15 anos de escolaridade no início do ano lectivo e que frequente um ano de escolaridade obrigatória são aplicadas regras algo diferenciadas das que são aplicadas aos restantes alunos, nomeadamente no que diz respeito à possibilidade efectiva de reprovar por faltas.

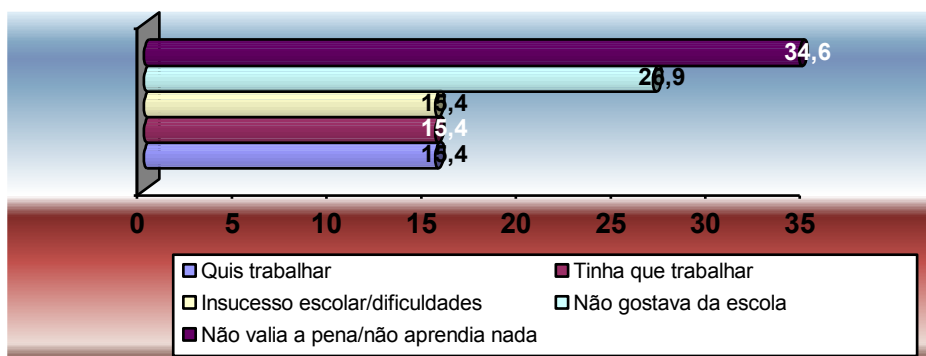


Gráfico Nº 49 – Idade com que deixou a escola, segundo o sexo



Os dados anteriores permitem, desde logo, inferir que o percurso escolar da maioria dos inquiridos não terá sido linear e, de facto, isso torna-se evidente quando 92.3% afirmou ter reprovado de ano pelo menos uma vez. Cerca de três em cada quatro afirmou ter reprovado mais do que uma vez, tendo mais de metade mesmo afirmado ter reprovado três ou mais vezes. As razões para terem deixado de estudar reflectem também esta situação, salientando um afastamento relativamente à escola mais do que a vontade/necessidade de trabalhar.

Gráfico Nº 50 - Principais razões para ter deixado de estudar



Os aspectos expressos pelos inquiridos como os que gostavam mais e menos na escola vão no mesmo sentido. Do lado positivo foram salientados o recreio/brincadeira/convívio (61.5%) e os colegas (46.2%), mais do que o estudar/aprender coisas novas (30.8%). Do lado negativo, este aspecto foi assinalado por 68% dos inquiridos, enquanto que os professores foram mencionados por 28%.



Quando confrontados com a sua situação face à escolaridade não surpreende, pois, que um em cada quatro respondentes tenha afirmado não gostar de voltar a estudar. No entanto, a maioria dos/as inquiridos/as afirmou gostar de voltar a estudar pensando fazê-lo um dia.

A conclusão do ensino secundário foi referida como objectivo de 27.8% daqueles que gostariam de voltar a estudar. Quase 40%, por outro lado, colocou a fasquia na conclusão do 9º ano de escolaridade, aos quais acrescem 11.1% que gostariam de concluir um curso profissional que desse a equivalência ao 3º ciclo de escolaridade.

Como elemento justificativo comum a estas situações estão as oportunidades de emprego. Como colocaram, em discurso directo, alguns dos respondentes:

“Preciso do 9º ano para trabalhar.”

“Sem estudos não se consegue arranjar emprego.”

“Porque quero um trabalho melhor do que o que tenho.”

Parece, pois, estar aqui em causa uma instrumentalização da escola para a obtenção de benefícios ao nível do emprego, realçada pelo facto de 44% dos inquiridos terem afirmado que o aprendido na escola não se tinha revelado útil para a vida, aos quais acresce 12% que afirmaram ter sido apenas “mais ou menos” útil. Dos que consideraram que essa aprendizagem se tinha revelado útil deve realçar-se o carácter extremamente básico das competências assinaladas por alguns.

“Aprendi a ler e a escrever.”

“Saber ler e escrever ajuda bastante.”

“Saber ler e fazer contas no dia-a-dia.”

A instrumentalização da escola acima abordada poderia manifestar-se de forma evidente na escolha da frase que melhor define a escola. No entanto, apenas 15.4% dos inquiridos optaram por respostas nesse sentido, preferindo



73.1% optar pela formulação mais abrangente de que “a escola é importante para a nossa formação”.

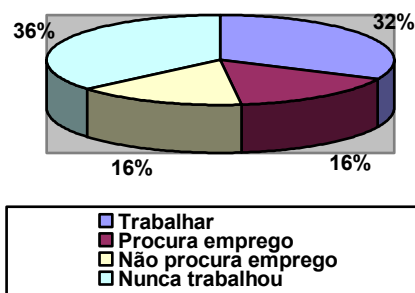
A formação profissional não parece constituir, de forma alguma, alternativa, mesmo em termos referenciais. Dos inquiridos que nunca frequentaram foram mais os que afirmaram nunca ter pensado nisso (42.1%), nunca se ter interessado (15.8%) e/ou nunca ter ouvido falar/não conhecer os cursos (10.8%) do que os que apontaram incompatibilidade de horários ou inacessibilidade dos locais onde decorria a formação (10.8% cada).

Apenas um em cada cinco respondentes afirmou frequentar ou alguma vez ter frequentado formação profissional, apontando como motivos para essa frequência a ocupação do tempo em virtude de não ter emprego e o interesse em arranjar um emprego melhor. No entanto, nenhum daqueles que deixaram já de frequentar formação profissional assinalou esse facto como tendo ajudado na obtenção de emprego.

Que Trabalho?

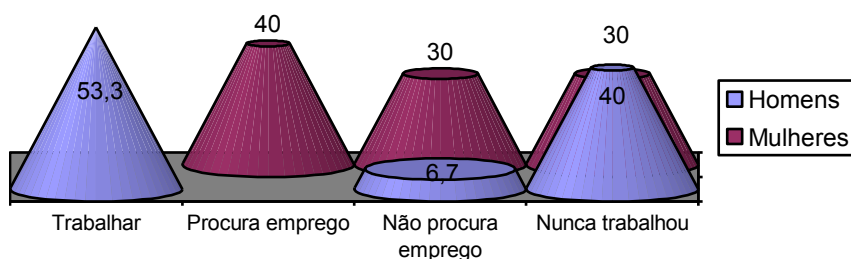
Analisando a situação destes jovens face ao trabalho, um primeiro dado a reter é que pouco mais de metade afirmou ter já estado empregado. No mesmo sentido, apenas um em cada três se encontrava a trabalhar no momento da inquirição, registando-se um maior número de respondentes que nunca tinha trabalhado até esse momento.

Gráfico N° 51 – Situação perante o trabalho



A análise destes dados por género permite identificar diferenciações significativas, desde logo pela completa feminização da situação de sem emprego com procura e a completa masculinização da situação de emprego. Por outro lado, e ao contrário do que poderia ser esperado – nomeadamente pelo assumir desta situação como exclusiva ou quase das domésticas, é possível encontrar não só mulheres mas também homens que afirmaram nunca ter trabalhado e que representam, aliás, 2/3 destes inquiridos.

Gráfico Nº 52 – Situação face ao trabalho, segundo o género



De acordo com dados de natureza qualitativa recolhidos, esta situação poderá encobrir situações de trabalho clandestino. Tendo em atenção que, de acordo com um estudo da McKinsey Consulting (citado no Diário de Notícias de 22 de Junho de 2004), se estima que cerca de 30% do trabalho em Portugal decorra na clandestinidade, estes dados poderão ganhar novo sentido.

A entrada dos jovens que tinham já passado por uma situação de emprego na vida activa aconteceu relativamente cedo, cerca dos 16 anos e meio, em média. Deve, porém, ser assinalado que 28.5% afirmou ter começado a trabalhar antes dos 16 anos.

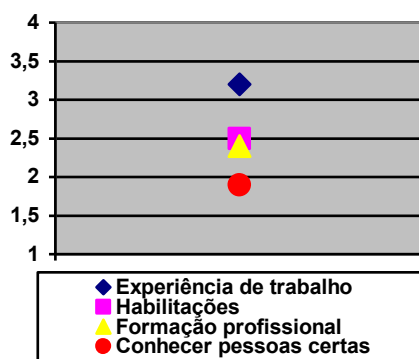
Os oito inquiridos que se encontravam a trabalhar no momento do inquérito desempenhavam profissões diferenciadas; um por conta própria, no sector da restauração; sete por conta de outrem: electricista, ajudante de electricista, servente da construção (dois), guarda-florestal, maquinista, gasoleiro. Três destes contratos eram a termo, os restantes sem termo. A maioria afirmou ter



um horário de trabalho de 40 horas e todos afirmaram efectuar descontos para a Segurança Social.

Em mais de metade dos casos o emprego destes inquiridos parece ter ficado a dever-se a uma atitude pró-activa, traduzida na auto-proposta directamente à entidade patronal. Em dois casos o emprego foi obtido através de familiares/amigos/conhecidos. As opiniões dos inquiridos que não se encontravam a trabalhar relativamente ao que é mais importante para se conseguir um emprego (4=mais importante) acabam por estar em relativa consonância com estes dados. Efectivamente, o “conhecer as pessoas certas” foi identificado como a característica menos importante²¹, sendo considerada particularmente relevante a experiência de trabalho.

Gráfico N° 53 – Grau de importância de quatro características para a obtenção de um emprego



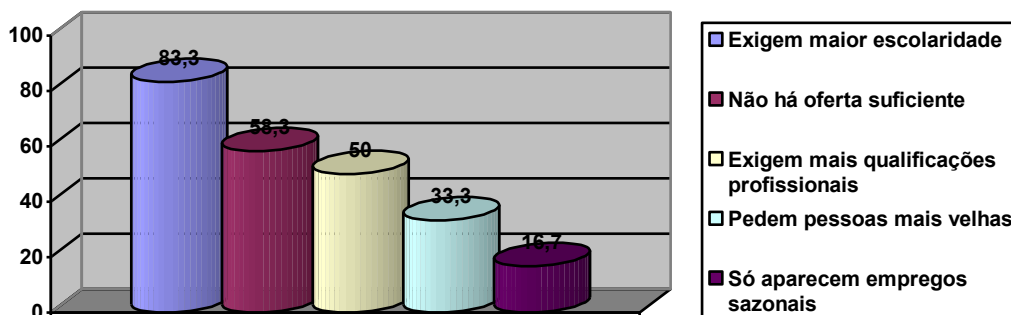
Mais uma vez, pois, as habilitações literárias – e também a formação profissional – aparecem subalternizadas face à esfera do trabalho, mesmo se, anteriormente, foi assinalada a sua importância instrumental face ao emprego e mesmo quando quase todos os que afirmaram sentir dificuldades quando procuram emprego referiram a exigência de níveis de escolaridade mais elevados como uma dessas dificuldades. A sazonalidade das ofertas de

²¹ No entanto, dos poucos respondentes (quatro) que afirmaram estar à procura de emprego, três estabelecem contacto com amigos e/ou conhecidos como forma de procurar emprego, em simultâneo com estratégias mais activas como a procura no jornal, a ida a locais de recrutamento e/ou agências de trabalho temporário ou a apresentação de candidatura às entidades empregadoras.



trabalho foram, ao contrário do que poderia ser esperado, pouco referidas pelos jovens inquiridos.

Gráfico N° 54 – Principais dificuldades sentidas na procura de emprego



Dois em cada três destes respondentes consideraram que os homens têm menos dificuldades do que as mulheres na procura de emprego, apontando como principal razão a maior oferta de "trabalho para homens", ao qual associam, sobretudo, o potencial esforço físico necessário para essas tarefas.

Por outro lado, no entanto, o desemprego não foi nunca referido como tendo sido razão para que os jovens inquiridos se tenham sentido, de alguma forma, excluídos. Já os efeitos em termos económicos foram assinaláveis para praticamente metade dos inquiridos que não estavam a trabalhar no momento do inquérito, tendo levado, na maioria dos casos, a uma situação de privação apenas colmatada, em alguns casos, pelo recurso a biscates.

Satisfação residencial

Três em cada quatro jovens abrangidos na presente pesquisa manifestaram-se satisfeitos com o local onde residem, tendo praticamente metade referido o grau máximo de satisfação. Em termos médios, a satisfação dos inquiridos atingiu 3.2²², sendo mais evidente entre os inquiridos da freguesia de Idanha-a-Nova (3.7) e menor entre os residentes em Ladoeiro (2.8).

²² Numa escala de 1 (menor satisfação) a 4 (maior satisfação).



Esta menor satisfação torna-se também evidente quando os inquiridos residentes em Ladoeiro revelam uma probabilidade de terem afirmado não gostar que os seus filhos vivessem no mesmo local cinco vezes maior do que a registada para os inquiridos de Idanha-a.Nova e Zebreira e cerca de sete vezes e meia superior à registada para os inquiridos de Penha Garcia

Quadro Nº 5 – Probabilidade de afirmar não gostar que os filhos residissem no mesmo local, segundo a freguesia de residência

Idanha-a-Nova	1.000
Penha Garcia	0.667
Ladoeiro	5.000
Zebreira	1.000

As razões encontradas pelos inquiridos para justificar o gostarem ou o não, que os filhos residissem no mesmo local de residência que o seu, são de carácter completamente diferenciado. Para a segunda opção concorrem sobretudo razões como a escassez ou inexistência de equipamentos, serviços e/ou comércio (53.8%) ou as más acessibilidades/transportes (23.1%). Já para a primeira concorrem razões como a beleza (50%) e o sossego/calma do local (62.5%).

Acesso aos serviços

Genericamente, o acesso da população jovem inquirida a um conjunto de serviços parece não constituir problema de maior. Não se registou, em qualquer dos quadrantes considerados – saúde (médico/centro de saúde/hospital), segurança social, centro de emprego, univa, banco, ida as compras, candidatura a um emprego, câmara municipal – mais do que duas situações em que respondentes tenham sentido dificuldades na realização daquilo a que se tinham proposto.

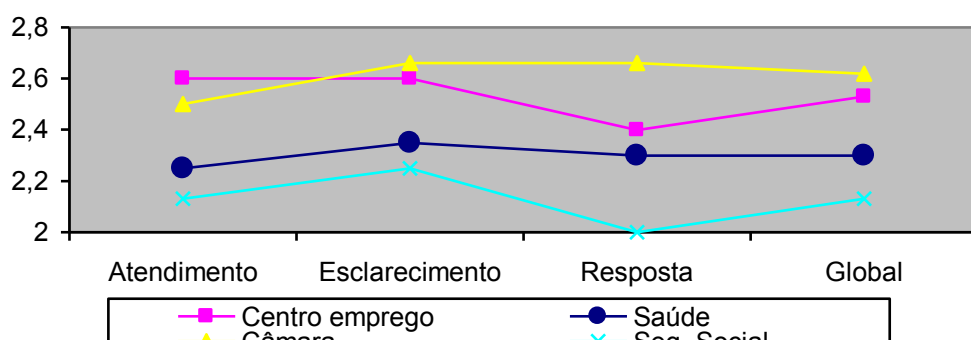


Na mesma linha, apenas na candidatura a um emprego se registaram duas situações em que essa actividade não foi conseguida, tendo ficado, nesses casos, a dever-se às baixíssimas habilitações literárias dos indivíduos.

Visto de forma conjugada, porém, 42.3% dos respondentes teve alguma dificuldade em aceder a um aos serviços de que necessitou.

Em relação aos serviços prestados parece haver, genericamente, satisfação, embora contida, oscilando entre os valores 2 (satisfatório) e 3 (bastante satisfatório), não se registando nenhum valor negativo (inferior a 2) mas também não atingindo valores muito satisfatórios (superior a 3).

Gráfico Nº 55 – Satisfação média com o centro de emprego, serviços de saúde, câmara municipal e segurança social, em termos do atendimento, capacidade de esclarecimento, capacidade de resposta e em termos globais²³



Dos quatro serviços considerados²⁴, a câmara municipal foi a que recolheu valores de satisfação mais elevados. A classificação global do serviço do centro de emprego é prejudicada pela menor satisfação com a capacidade de resposta desta entidade, o que não deixará de estar ligado às problemáticas do emprego e desemprego identificadas no concelho (vide Diagnóstico Social do Município de Idanha-a-Nova).

²³ Ponderada através dos resultados obtidos nas três categorias específicas.

²⁴ Não se incluiu aqui análise relativa a Univas – serviço que fazia parte do guião de questionário - dado que nenhum dos inquiridos o tinha, alguma vez, utilizado.

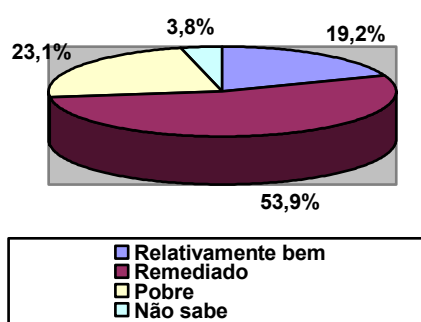


Questionados relativamente a sugestões para que os serviços prestados pelas diferentes entidades possam melhorar, os inquiridos optaram por, na maioria dos casos, não responder ou afirmar não saber. Apenas no caso dos serviços de saúde foi possível obter um número de sugestões significativo e que passou, sobretudo pela admissão de mais pessoal, para que os tempos de espera, considerados grandes, pudessem diminuir.

Condições de Vida: Passado, Presente e a Perspetivação do Futuro

A situação de privação anteriormente mencionada foi referida quer por inquiridos que se consideraram pobres, quer pelos que se consideraram “remediados” e que constituíram um pouco mais de metade dos respondentes.

Gráfico N° 56 – Situação económica

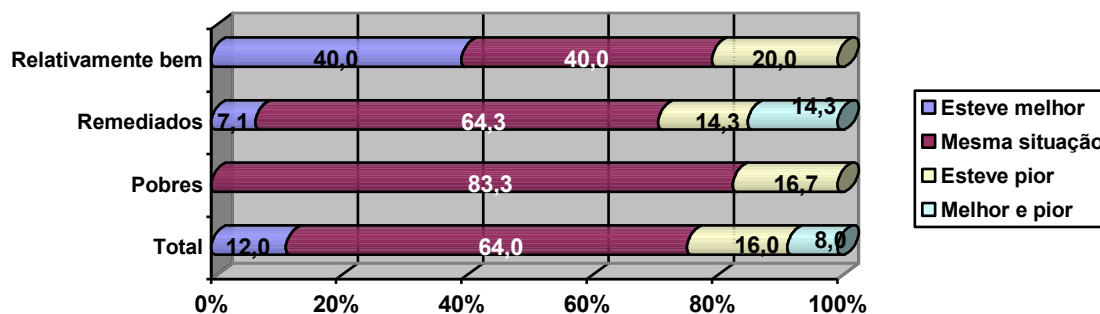


É, ainda, de assinalar que a proporção de respondentes que se consideraram pobres acaba por ser extremamente aproximada da taxa de pobreza para o país calculada pelo Eurostat e que se situava, em 2004, em 21%.

Dois em cada três inquiridos afirmaram sempre ter estado na mesma situação económica, situação mais frequente, porém, quanto maior a situação assumida de desfavorecimento.



Gráfico Nº 57 – Situação económica presente, segundo a situação económica passada



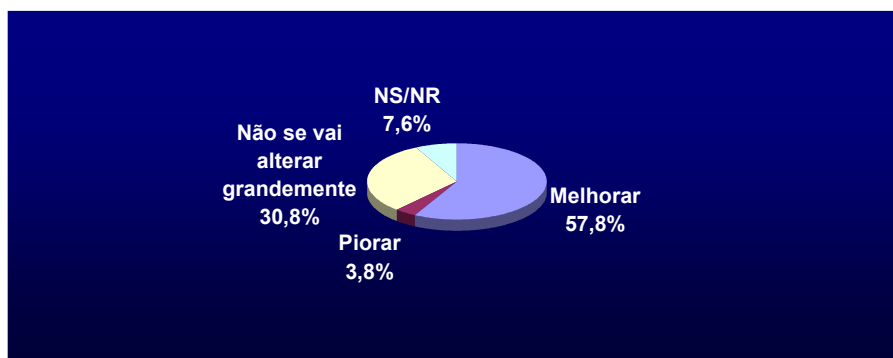
Mesmo considerando não ter mudado de situação económica alguns desses inquiridos afirmaram ter existido um factor ou factores que alteraram as suas condições de vida, dado que 53.9% do total de respondentes assim se posicionou – 30.8% no sentido de uma melhoria e 23.1% no sentido de uma pioria.

A melhoria ter-se-á ficado a dever, principalmente, mudanças no rendimento (cinco respostas). Outras respostas relacionaram a alteração com mudanças no agregado familiar, na situação face ao trabalho, e nos bens de equipamento à disposição do agregado (duas respostas cada). A pioria da situação ficou a dever-se, na quase totalidade dos casos, a alterações ao nível do agregado familiar, nomeadamente pela passagem do agregado à monoparentalidade.

Em termos da perspectivação do futuro, a maioria dos respondentes revelou uma confiança na melhoria da sua vida que assenta, exclusivamente, no trabalho, seja através do investimento naquele de que já se dispõe ou na procura de ou novo ou melhor emprego. O trabalho é, aliás, para a maioria a melhor forma de preparar o futuro, enquanto que cerca de um em cada quatro aponta a escolaridade.



Gráfico N° 58 – Perspectiva em relação à evolução da vida no futuro



Questionados acerca da profissão que gostariam de ter, também cerca de um em cada quatro (mas apenas parcialmente coincidentes com os anteriores) mencionou profissões que exigem habilitações superiores. Foram, sobretudo, mulheres que fizeram esta referência mencionando profissões, por sua vez, mais associadas ao género feminino, i.e. professora e educadora de infância.

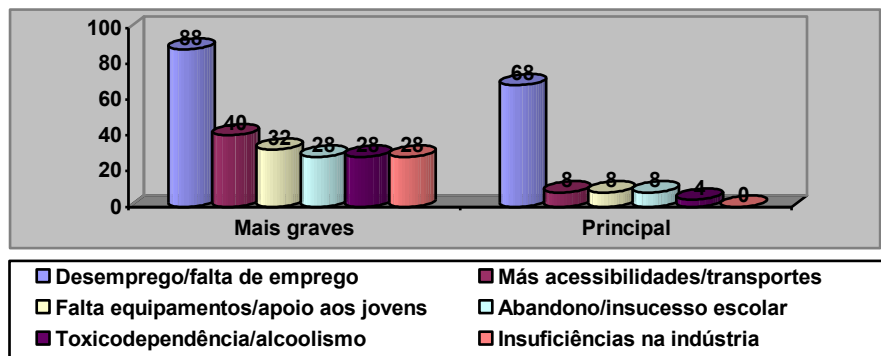
Curiosamente, a grande maioria destes/as respondentes tinha afirmado anteriormente que o que tinha aprendido na escola não estava a ser útil na sua vida, havendo desajustes evidentes relativamente ao grau de ensino que gostariam de concluir – apenas um destes inquiridos afirmou gostar de estudar até concluir um curso superior.

Metade do total de jovens que responderam ao questionário assinalou profissões variadas como cabeleireira, electricista, pasteleiro, militar, guarda prisional, entre outras. Dois jovens referiram ainda não haver nenhuma profissão específica que gostassem de ter, tantos quantos os que afirmaram gostar de ter a mesma profissão que tinham no momento do inquérito.

A confiança na melhoria do futuro através do emprego ganha maior relevância quando a falta de emprego/desemprego foi, sem dúvida, o problema do concelho mais identificado, sendo também o considerado o mais grave.



Gráfico N° 59 – Problemas mais graves e principal problema do concelho



Incontornável em termos mais globais, ao nível do concelho, o emprego acaba, pois, por não parecer constituir motivo de preocupação, ao mesmo nível, para os jovens abrangidos na pesquisa e que realçam também a falta de dinheiro e, sobretudo, a falta de saúde.

Gráfico N° 60 – Principal preocupação

